



Serviço Público Federal  
Ministério da Educação  
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



RESOLUÇÃO Nº 176-CGL-BIO/CPAN/UFMS, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023.

**O PRESIDENTE DO COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - LICENCIATURA - DO CÂMPUS DO PANTANAL**, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, resolve **ad referendum**:

Manifestar-se favorável à alteração do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Biológicas Licenciatura, na forma do anexo a esta Resolução.

WILLIAM MARCOS DA SILVA

NOTA  
MÁXIMA  
NO MEC

UFMS  
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **William Marcos da Silva, Coordenador(a) de Curso de Graduação**, em 16/11/2023, às 10:06, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufms.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4465409** e o código CRC **98007220**.

### COLEGIADO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (LICENCIATURA)

Av. Rio Branco, 1270

Fone:

CEP 79304-020 - Corumbá - MS

Referência: Processo nº 23449.000021/2023-66

SEI nº 4465409





anexo - Itens Textuais  
(RESOLUÇÃO Nº 176-CGL-BIO/CPAN/UFMS, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023)

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

## 2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);

Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental;

Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);

Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências;

Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências;

Decreto Federal nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências;

Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;

Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais—Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;

Decreto Federal nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;

Decreto Federal nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

Portaria nº 3.284, Ministério da Educação (MEC), de 7 de novembro de 2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições;

Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância (EaD) em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao Sistema Federal de Ensino;





## Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Resolução nº 1, Conselho Nacional da Educação (CNE) / Conselho Pleno (CP), de 17 de junho de 2004, que institui diretrizes curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana;

Resolução nº 3, CNE/CP, de 2 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula;

Resolução nº 1, CNE/CP, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;

Resolução nº 2, CNE/CP, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;

Resolução nº 2, CNE/CP, de 20 de dezembro de 2019, que define a





Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação);

Resolução nº 7, CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação —PNE 2014-2024— e dá outras providências;

Resolução nº 1, Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e dá outras providências;

Resolução nº 153, Conselho Universitário (Coun), de 29 de Dezembro de 2021, que aprova a criação e a implantação dos Cursos de Graduação, no âmbito do Programa Especial de Educação Digital e Inovadora no Ensino de Graduação.

Resolução nº 93, Conselho Universitário (Coun), de 28 de maio de 2021, que aprova o Estatuto da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;

Resolução nº 137, Coun, de 29 de outubro de 2021, que aprova o Regimento Geral da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;

Resolução nº 107, Conselho de Ensino de Graduação (Coeg), de 16 de junho de 2010, que aprova o Regulamento de Estágio para os acadêmicos dos Cursos de Graduação, presenciais, da UFMS;

Resolução nº 106, Coeg, de 4 de março de 2016, que aprova as Orientações Gerais para a Elaboração de Projeto Pedagógico de Curso de Graduação da UFMS;

Resolução nº 105, Coeg, de 4 de março de 2016, que aprova as Regras de Transição para Alterações Curriculares originadas de alterações na normatização interna da UFMS ou atendimento a normativa legal;

Resolução nº 16, Conselho de Graduação (Cograd), de 16 de janeiro de 2018, que altera o art. 4º da Resolução nº 105, Coeg, de 4 de março de 2016;

Resolução nº 430, Cograd, de 16 de dezembro de 2021 que aprova o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;

Resolução nº 537, Cograd, de 18 de outubro de 2019, que aprova o Regulamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE), dos cursos de graduação da UFMS.

### 3. CONTEXTUALIZAÇÃO

#### 3.1. HISTÓRICO DA UFMS

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) tem origem com a criação das Faculdades de Farmácia e Odontologia, em 1962, na cidade de Campo Grande, embrião do Ensino Superior público no sul do então Estado de Mato Grosso.

Em 26 de julho de 1966, pela Lei Estadual nº 2.620, esses Cursos foram absorvidos pelo Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande (ICBCG), que reformulou a estrutura anterior, instituiu departamentos e criou o primeiro Curso de Medicina.

No ano de 1967, o Governo do Estado de Mato Grosso criou o Instituto Superior de Pedagogia, em Corumbá, e o Instituto de Ciências Humanas e Letras, em Três Lagoas, ampliando assim a rede pública estadual de Ensino Superior.

Integrando os Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, a Lei Estadual nº 2.947, de 16 de setembro de 1969, criou a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT). Em 1970, foram criados e incorporados à UEMT, os Centros Pedagógicos de Aquidauana e Dourados.

Com a divisão do Estado de Mato Grosso, a UEMT foi federalizada pela Lei Federal nº 6.674, de 05 de julho de 1979, passando a denominar-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O então Centro Pedagógico





de Rondonópolis, sediado em Rondonópolis/MT, passou a integrar a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O Câmpus de Dourados (CPDO) foi transformado na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), com a sua instalação realizada em 1º de janeiro de 2006, de acordo com a Lei nº 11.153, de 29 de julho de 2005.

Atualmente, além da sede na Cidade Universitária em Campo Grande, onde funcionam a Escola de Administração e Negócios (Esan), a Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (Faalc), a Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição (Facfan), a Faculdade de Ciências Humanas (Fach), a Faculdade de Computação (Facom), a Faculdade de Educação (Faed), a Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia (Faeng), a Faculdade de Medicina (Famed), a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (Famez), a Faculdade de Odontologia (Faodo), a Faculdade de Direito (Fadir), o Instituto de Biociências (Inbio), o Instituto de Física (Infi), o Instituto Integrado de Saúde (Inisa), o Instituto de Matemática (Inma) e o Instituto de Química (Inqui), a UFMS mantém nove câmpus nas cidades de Aquidauana, Bonito, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas, descentralizando o ensino para atender aos principais polos de desenvolvimento do Estado.

Em sua trajetória histórica, a UFMS busca consolidar seu compromisso social com a comunidade sul-mato-grossense, gerando conhecimentos voltados à necessidade regional, como preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Sempre evidenciou a necessidade de expandir a formação profissional no contexto social-demográfico e político sul-mato-grossense. Em consonância com essas demandas, a UFMS possui cursos de Graduação e Pós-Graduação, presenciais e a distância. Os cursos de Pós-Graduação englobam especializações e programas de Mestrado e Doutorado.

### 3.2. HISTÓRICO DA UNIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SETORIAL DE LOTAÇÃO DO CURSO (PRESENCIAIS) OU DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA UFMS (CURSOS A DISTÂNCIA)

Na UFMS, a EaD iniciou-se informalmente no ano de 1991 por meio do Grupo de Apoio ao Ensino de Ciências e Matemática (GAECIM) no 1º Grau. O grupo era composto por professores dos então departamentos de Educação, Biologia, Física e Matemática e tinha como objetivo criar na UFMS um organismo interdisciplinar que oferecesse cursos a distância para qualificação dos professores da rede pública.

A Portaria nº 332, de 14 de agosto de 2000, oficializou a criação, implantação, divulgação e regimento interno da Assessoria de Educação Aberta e a Distância (AEAD). Com o avanço do acesso à internet, surgiram as primeiras experiências de implantação de cursos de extensão e de especialização no âmbito da AEAD, em plataformas virtuais como o TelEduc e e-Proinfo.

O credenciamento da UFMS para oferta de cursos de graduação e pós-graduação a distância ocorreu no ano de 2001, com a Portaria do MEC nº 2.113, de 10 de setembro de 2001. Foram aprovadas as propostas do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura – Habilitação em Formação de Professores para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e do Curso de Especialização em Orientação Pedagógica em Educação a Distância.

A primeira oferta de graduação foi o Curso de Pedagogia para o polo de Bela Vista – MS. E primeira oferta de pós-graduação lato sensu foi o Curso de Especialização em Orientação Pedagógica em Educação a Distância, cujas vagas atenderam os profissionais da educação de municípios como São Gabriel do Oeste, Rio Brillhante, Camapuã, Campo Grande, além de técnicos da UFMS e comunidade em geral.

Após a implantação da graduação a distância, a UFMS concorreu ao Edital Público MEC/SEED – nº 1/2004 – Seleção de propostas para apoio financeiro à Educação Superior a Distância, passando a integrar dois Consórcios: o Pró-





Formar e o Setentrional. No ano de 2005 a UFMS concorreu ao Edital nº 1/2005 da Secretaria de EaD do MEC, e foi aprovada para oferecer os cursos de Pedagogia; Pedagogia (Educação Especial); Pedagogia (para Educação de Jovens e Adultos), Letras (Português/Espanhol); Matemática e Administração Pública. Com a política de incentivo às atividades de EaD do MEC, a UFMS, a partir de 2006, integrou-se ao sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Concomitante às ofertas da UAB, a EaD/UFMS ofertou pós-graduação lato sensu e aperfeiçoamento para professores da educação básica por programas e projetos de EaD da Secretaria Especial de Educação a Distância (SEED/MEC), extinta em 2011; e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), extinta em 2019, financiados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Em 2011, a UFMS passou por uma reestruturação e, de acordo com a Resolução nº 54, CD, de 10 de novembro de 2011, a CED/RTR, que era vinculada à Reitoria e funcionava como unidade de ensino voltou a fazer parte da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG). Desde então, a CED/RTR ofertou diversos cursos de graduação e pós-graduação lato sensu no sistema UAB.

Em janeiro de 2017 por meio da Resolução Nº 2, Coun, de 20 de janeiro de 2017, criou-se a Secretaria Especial de Educação a Distância e Formação de Professores (SEDFOR), cuja estrutura concentrava a EaD, formação de professores e tecnologias educacionais, voltando a integrar-se à Reitoria. Em 2019, a gestão percebeu a necessidade de uma nova mudança na estrutura organizacional, a SEDFOR se transformou em Secretaria Especial de Educação a Distância (SEAD), também vinculada à Reitoria, com a definição de atividade meio, de apoio administrativo, tecnológico e pedagógico para ofertas de EaD, não só por meio da UAB, mas com abertura para outras parcerias e focalizando seus esforços principalmente na implementação da EaD e da Educação Digital nos cursos presenciais.

No final de 2020, início de 2021, com a nova reestruturação institucional aprovada pela Resolução nº 76, Coun, de 29 de dezembro de 2020, foi criada a Agência de Educação Digital e a Distância (AGEAD), com duas secretarias: Secretaria de Tecnologias e Materiais Digitais (SETEC) e Secretaria de Inovação Pedagógica Digital (SÉPED). Essa mudança traz uma proposta de transformação digital e também cultural para todas as frentes de atuação da universidade, mobilizando conhecimentos e habilidades do mundo digital para a formação de profissionais em todas as áreas.

### 3.3. HISTÓRICO DO CURSO

Esta proposta de oferta de curso resulta da participação da UFMS nos Editais nº 35 e nº 66/2021 da SEB/MEC, no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares, que é uma ação do MEC/SEB para atender às finalidades da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), especificamente das Metas 1, 4, 5, 7, 12 e 15 e das Estratégias 1.8, 1.9, 4.3, 5.6, 7.5, 7.26, 12.4, 15.1, 15.4, 15.5, 15.8 e 15.9; do Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016; e do Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, que aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Educação, com referência ao artigo 11, inciso IV, alínea a, e artigo 13, incisos I e II, que estabelecem as competências da Secretaria de Educação Básica (SEB) e da Diretoria de Formação Docente e Valorização de Profissionais da Educação (DIFOR/SEB).

O projeto de inovação das licenciaturas foi constituído pela Rede UFMS-UNEMAT-UCB a partir da oferta de quatro cursos de Licenciatura aprovados no âmbito dos Editais nº 35 e nº 66/2021 da SEB/MEC, a saber: Curso de Licenciatura em Pedagogia, Curso de Licenciatura em Letras-Português, Curso de Licenciatura em Matemática e Curso de Licenciatura em Ciências Interdisciplinar.

Considerando a Resolução nº 387-COGRAD/UFMS, de 19 de novembro de 2021, que Institui o Programa Especial de Educação Digital e Inovadora no





Ensino de Graduação no âmbito da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, a oferta do Curso de Licenciatura em Ciências Interdisciplinar é especial e esporádica, com o objetivo de formar profissionais da educação no Estado de Mato Grosso do Sul, com articulação local para a alocação da demanda de formação em pontos estratégicos, com apoio da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande e da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul.

A proposta formativa dos cursos de Licenciatura se estrutura a partir de dois Núcleos: Núcleo de Formação Comum e Núcleo de Formação Específica, além das práticas e estágios, atendendo aos três grupos e às competências gerais e específicas indicadas na Resolução CNE/CP nº 02/2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

De acordo com a resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), a formação docente pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na BNCC-Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral. Além disso, é requerido do licenciando o desenvolvimento das correspondentes competências gerais docentes, com base nos mesmos princípios das competências gerais estabelecidas pela BNCC.

O art. 8º da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 entre outras disposições, estabelece que os cursos destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica devem ter como fundamentos pedagógicos: o compromisso com as metodologias inovadoras e com outras dinâmicas formativas que propiciem ao futuro professor aprendizagens significativas e contextualizadas em uma abordagem didático-metodológica alinhada com a BNCC, visando ao desenvolvimento da autonomia, da capacidade de resolução de problemas, dos processos investigativos e criativos, do exercício do trabalho coletivo e interdisciplinar, da análise dos desafios da vida cotidiana e em sociedade e das possibilidades de desenvolvimento de soluções práticas para esses desafios. Essa formação também compreende a conexão entre o ensino e a pesquisa com centralidade no processo de ensino e aprendizagem, o emprego pedagógico das inovações e linguagens digitais como recurso para o desenvolvimento de competências sintonizadas com as previstas na BNCC e com o mundo contemporâneo e o compromisso com a educação integral dos professores em formação, visando à constituição de conhecimentos, de competências, de habilidades, de valores e de formas de conduta que respeitem e valorizem a diversidade, os direitos humanos, a democracia e a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas.

Essa proposta de formação também se apoia nas novas políticas educacionais de inclusão digital e inovação pedagógica do Ministério da Educação. Em consonância com os fundamentos pedagógicos previstos para a formação inicial de professores, a Lei nº 14.180, de 1º de julho de 2021, institui a Política de Inovação Educação Conectada, com o objetivo de apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica.

O projeto de formação também se alinha à proposta de Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares estabelecida na Portaria MEC/SEB nº 412, de 17 de junho de 2021, que tem por objeto a oferta de cursos de licenciaturas inovadoras, para atendimento às necessidades e à organização da atual política curricular da Educação Básica e da formação de professores para atuar nessa etapa de ensino, promovendo a adequação da





Pedagogia e das Licenciaturas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aos currículos e às matrizes estabelecidas pelas redes de ensino, às propostas pedagógicas curriculares das escolas de Educação Básica e à BNC-Formação Inicial. Além disso, essa proposta de formação busca contribuir para o alcance da Meta 15 do PNE, oferecendo aos professores em serviço na rede pública, oportunidade de acesso à formação específica de nível superior, em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, a fim de promover a formação inicial de qualidade para o exercício da docência na Educação Básica.

Ao incorporar as demandas atuais da sociedade brasileira, o presente projeto tem potencial de promover formação inicial de qualidade voltada ao exercício da docência na Educação Básica por meio da oferta de sólido conhecimento dos saberes constituídos, de metodologias diferenciadas de ensino, da relação do processos de aprendizagem com a produção cultural local e global, a partir dos cotidianos e realidades práticas da inter-relação com a educação básica, objetivando propiciar o pleno desenvolvimento dos educandos. Em suma, este currículo propõe-se a formar profissionais que sejam docentes, pesquisadores, gestores educacionais em espaços escolares e não escolares, construtores de práticas e metodologias inovadoras, habilitados para o uso pedagógico das tecnologias, de metodologias ativas, da aprendizagem híbrida e a desenvolver ações de empreendedorismo no contexto da Educação Básica.

Os cursos de formação propostos pela Rede UFMS-UNEMAT-UCB terão a particularidade do trabalho colaborativo em Rede, por meio do Comitê de Articulação da Formação Inicial Docente, liberado pela UFMS, o que permitirá a realização de ações conjuntas e ao mesmo tempo a manutenção de um núcleo de formação que considera todas as prerrogativas exigidas pela BNC-Formação, tornando a proposta inovadora e com potencial de disseminação de um modelo de formação inicial no âmbito das instituições públicas de ensino superior.

#### 4. NECESSIDADE SOCIAL DO CURSO

##### 4.1. INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DA POPULAÇÃO DA MESORREGIÃO

O Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares tem por objetivo promover a oferta de cursos de licenciaturas e de formação continuada inovadoras, que atendam às necessidades e à organização da atual política curricular da educação básica e da formação de professores e diretores escolares que atuam nessa etapa de ensino.

Como uma ação da Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC) o Programa tem como foco a aprovação do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014), principalmente no que se refere a: universalizar a educação infantil e ampliar a oferta de educação infantil em creches; universalizar o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados; alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental, fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb; e garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, uma política nacional de formação dos profissionais da educação no assegura que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Neste sentido, a UFMS em rede com as Universidade Católica de Brasília (UCB) e Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), submeteram propostas que foram aprovadas para a oferta de até 960 vagas (320 vagas para





cada IES, 80 vagas para cada curso) para formação de profissionais da educação que atuam, ainda sem formação adequada, na rede pública de ensino de suas respectivas sedes de atuação. No caso da UFMS, os cursos serão presenciais para profissionais da rede pública de ensino de Campo Grande/MS. Estes cursos também poderão receber candidatos com Ensino Médio Completo, que tenham avaliação no ENEM nos últimos 5 (cinco) anos, com o compromisso de atuar como bolsista, por 1 ano, em atividades de residência pedagógica na rede pública de ensino de Campo Grande/MS.

De acordo com os dados do Perfil Socioeconômico de Campo Grande (PLANURB, 2018), durante as últimas décadas, Campo Grande experimentou um importante crescimento populacional, sendo que a população foi multiplicada por 5,6 vezes entre 1970 e 2010, chegando a 786.797 pessoas. Segundo o IBGE em 2018, a população atingiu um total de 874.210 habitantes, sendo a 1º do Estado de Mato Grosso do Sul, com Produto Interno Bruto (PIB) de 24.257.415,46 em 2015 e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,784 em 2010. No contexto nacional, Campo Grande é o 17º em volume populacional entre as capitais.

Em relação ao trabalho e rendimento, em 2016, o salário médio mensal era de 3,4 salários mínimos. A atividade econômica de Campo Grande é voltada para os setores secundário e terciário – indústria, comércio e serviços. De acordo com o Censo da Educação Básica Estadual (2020) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2020 foram registrados 31.558 docentes na educação básica do estado do Mato Grosso do Sul, e com aumento da capacitação desses professores. No entanto, na educação infantil 94,7% têm nível superior completo (92,5% em grau acadêmico de licenciatura e 2,2%, de bacharelado) e 2,3% têm ensino médio normal/magistério. E anos iniciais e finais do ensino fundamental observa-se 52,9% e 53,7%, respectivamente de docentes com formação superior em licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) em área diferente da que leciona. Em complemento, a inserção de estudantes bolsistas em atividades de residência pedagógica na rede pública de ensino de Campo Grande/MS têm o grande potencial de alavancar a qualidade de formação desses futuros profissionais da educação.

#### 4.2. INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO

Mato Grosso do Sul tem 357.145,4 km<sup>2</sup> de área, com fronteiras internacionais com o Paraguai e a Bolívia. O Estado também faz divisa com Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. O território sul-mato-grossense localiza-se entre duas bacias hidrográficas: a do Rio Paraguai e a do Rio Paraná. Os principais biomas, segundo a área ocupada, são o Cerrado (61%) e o Pantanal (25%), o restante é formado pelas Florestas Úmidas do Alto-Paraná e pelo bioma da Mata Atlântica (14%) (MATO GROSSO DO SUL, 2015).

Cerca de 16% do território sul-mato-grossense é destinado a áreas de preservação ambiental, sendo 2% relativos a terras indígenas, além de 2% relativos a unidades federais de conservação, 1% a unidades estaduais e 11% a unidades municipais. (Aydos e Figueiredo Neto, 2019). Pesquisadores de diversas áreas, têm questionado a expansão da produção agropecuária no Brasil, sobre os níveis de degradação e os custos ambientais decorrentes desse processo. De acordo com Cunha et al. (2008), a degradação ambiental no Cerrado é marcada, sobretudo, pela expansão da agricultura e pecuária, caracterizadas pela retirada da cobertura vegetal nativa e sua substituição por pastagens e por lavouras, bem como pelo crescimento das cidades nelas localizadas.

Nesse sentido, o Curso de Licenciatura em Ciências Interdisciplinar, levará em consideração que a ação educativa desenvolvida, nesta área de atuação, configura-se como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos. Os conceitos, princípios e objetivos da formação, que se desenvolvem na socialização e construção de conhecimentos e no diálogo constante entre diferentes visões de mundo, trazem implicações diretas para a preservação dos fatores socioambientais.





A formação de professores de Ciências Interdisciplinar atuantes na educação básica contribuirá na formação de jovens conscientes da importância de comportamento e hábitos que visem a sustentabilidade, e conseqüentemente, impactará na melhoria de indicadores sócio-ambientais da região; principalmente aqueles de ação direta com a educação ambiental como qualidade do solo; qualidade dos recursos hídricos; a proteção à biodiversidade; as mudanças climáticas locais; os processos de desmatamento.

#### 4.3. ANÁLISE DA OFERTA DO CURSO NA REGIÃO

A oferta do Curso em Licenciatura em Ciências Interdisciplinar está vinculada ao Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares, regulamentado pela Portaria MEC/SEB nº 412, de 17 de junho de 2021, cujos objetivos e demandas estão estabelecidas nos Editais nº 35 e nº 66/2021 da SEB/MEC.

A demanda pela oferta do Curso em Licenciatura em Ciências Interdisciplinar no Município de Campo Grande - MS também foi formalizada por meio de carta de intenção da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande - MS e pela Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, onde foi reiterado o interesse na oferta do curso para profissionais da educação que não possuem formação específica na área do curso, contribuindo para o atendimento do item 2.3.3 dos Editais nº 35 e nº 66/2021 da SEB/MEC, no item c): contribuir para o alcance da Meta 15 do PNE, oferecendo, aos professores em serviço na rede pública, oportunidade de acesso à formação específica de nível superior, em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. Segundo o Censo da Educação Superior no Brasil, de 2016 (BRASIL, 2016) existem atualmente no país 7.356 cursos de licenciatura das diferentes áreas do conhecimento e a cada ano, desde 2013, cerca de 200 mil estudantes concluem cursos de licenciatura. Há ainda, pouca informação sobre como a relevância dada às culturas colaborativas, à formação reflexiva e investigativa, à aproximação entre as instituições de formação e a escola, à formação para a justiça social, etc. têm se concretizado em novas propostas e práticas de formação e quais suas contribuições na melhoria dos cursos de formação. (GATTI; BARRETO; ANDRÉ; ALMEIDA, 2019)

A pesquisa realizada por Gatti, Barreto, André e Almeida (2019) demonstra que na formação inicial alguns aspectos podem contribuir significativamente para o desenvolvimento profissional dos licenciados, tais como: vivenciar situações reais de ensino; mobilizar diferentes conhecimentos em processos de planejamento e de execução; desestabilizar os conhecimentos prévios, gerando dúvidas e questionamentos que conduzem busca de novas perguntas e novas respostas; valorizar a diversidade e a compreensão dos processos de aprendizagem; utilizar linguagens diversificadas, explorando novos percursos cognitivos

A oferta do Curso de Licenciatura em Ciências Interdisciplinar corrobora com o desenvolvimento de uma formação inicial inovadora, que considera as especificidades da formação em serviço para professores da Educação Básica, por meio do uso pedagógico das tecnologias digitais, das metodologias ativas, de modelos de aprendizagem híbrida que estimulem o protagonismo e a criatividade dos estudantes e de atitudes empreendedoras que possibilitem o planejamento de soluções criativas para resolução de problemas, visando o desenvolvimento da atuação prática de pedagogos e licenciados, por meio do estágio e disciplinas práticas, visando promover a interdisciplinaridade, o trabalho colaborativo em rede e com ênfase na vivência prática na escola básica, contribuindo para o atendimento dos objetivos do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares, elencados no item 2.3 dos Editais nº 35 e nº 66/2021 da SEB/MEC.

## 5. CONCEPÇÃO DO CURSO





## 5.1. DIMENSÕES FORMATIVAS

O presente Projeto Pedagógico de Curso está baseado na Resolução 2/2019 que, diferentemente da resolução 2/2015 que organizava o currículo em eixos “§ 4º Os critérios de organização da matriz curricular, bem como a alocação de tempos e espaços curriculares, se expressam em eixos em torno dos quais se articulam dimensões a serem contempladas, como previsto no artigo 12 desta Resolução”, a resolução 2/2019 trata das “competências gerais docentes, bem como as competências específicas e as habilidades correspondentes a elas, a partir das quais orienta a construção dos currículos das licenciaturas baseadas em dimensões formativas “. Sendo elas: I - conhecimento profissional; II - prática profissional; e III - engajamento profissional.

Para tanto o currículo implementado no Curso constitui-se a partir das competências gerais docentes e competências específicas e suas respectivas habilidades desdobrando-se nos seguintes aspectos: Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural. Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

### 5.1.1. TÉCNICA

A dimensão técnica contempla as competências e habilidades do saber profissional. Assim o licenciado deve estar preparado para atuar no ensino de





Ciências Naturais na educação básica, que é primordial quando se proporciona a percepção dos fenômenos e transformações (físicas, químicas e biológicas), assim como os instrumentos tecnológicos que estão no dia a dia de qualquer criança antes mesmo de ingressar na escola. A BNCC traz a importância de se oportunizar o conhecimento a partir da observação para definição de problemas ou fatos; da pesquisa para levantamento, análise e representação de hipóteses; comunicação e posterior intervenção; precedida da organização de ideias, discussões e elaboração de soluções.

Desta forma, sob a dimensão técnica a BNCC organiza os componentes curriculares em três temáticas (matéria e energia; vida e evolução, terra e universo) a fim de sistematizar suas habilidades e favorecer o aprendizado de elementos que irão auxiliar na compreensão de fenômenos de seu ambiente imediato até temáticas mais amplas, como proposto neste Projeto Pedagógico.

Desta forma, o licenciado em ciências interdisciplinar deverá ser capaz de oportunizar a aprendizagem através da observação, reflexão e vivência da investigação, aperfeiçoando a capacidade de observação, de raciocínio lógico e de criação, desenvolvendo posturas mais colaborativas e sistematizar suas primeiras explicações sobre o mundo natural e tecnológico, e sobre seu corpo, sua saúde e seu bem-estar, tendo como referência os conhecimentos, as linguagens e os procedimentos próprios da Ciência Interdisciplinar.

### 5.1.2. POLÍTICA

Com a finalidade de construirmos uma sociedade cujo acesso a educação seja inclusivo e democrático, as questões políticas que norteiam a vida em sociedade serão abordadas de forma transversal nas diversas disciplinas que compõem a matriz curricular do curso ou em disciplinas específicas (Políticas educacionais, Educação e relações étnico-raciais, por exemplo).

De acordo com a BNCC, as Competências específicas de Ciências da Natureza para ensino fundamental, que podem contemplar o as habilidades sob a dimensão política estão:

- Analisar, compreender e explicar características, fenômenos e processos relativos ao mundo natural, social e tecnológico (incluindo o digital), como também as relações que se estabelecem entre eles, exercitando a partir da observação, leitura e debates a curiosidade; para refletir, criar hipóteses e investigar soluções/explicações (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos nas áreas de física, química e ciências da natureza.

- Avaliar aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais da ciência e de suas tecnologias para propor alternativas aos desafios do mundo contemporâneo, incluindo aqueles relativos ao mundo do trabalho.

- Construir argumentos com base em dados, evidências e informações confiáveis e negociar e defender ideias e pontos de vista que promovam a educação ambiental e o respeito a si próprio e ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais.

### 5.1.3. DESENVOLVIMENTO PESSOAL

As dimensões de desenvolvimento pessoal são abordadas de forma transversal nas diversas disciplinas que compõem a matriz curricular do curso, nas diferentes possibilidades de realização de estágios nas áreas da prática educacional, de pesquisa acadêmica e atividades de extensão, assim como as vivências durante a disciplina de Laboratório de Inovação Pedagógica por exemplo.

De acordo com a BNCC, as Competências específicas de Ciências da Natureza para ensino fundamental, que podem contemplar o as habilidades sob a dimensão de desenvolvimento pessoal estão:

1. Compreender as Ciências da Natureza como empreendimento humano, e o conhecimento científico como provisório, cultural e histórico.
2. Analisar, compreender e explicar características, fenômenos e





- processos relativos ao mundo natural, social e tecnológico (incluindo o digital), como também as relações que se estabelecem entre eles, exercitando a curiosidade para fazer perguntas, buscar respostas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das Ciências da Natureza.
3. Avaliar aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais da ciência e de suas tecnologias para propor alternativas aos desafios do mundo contemporâneo, incluindo aqueles relativos ao mundo do trabalho.
  4. Construir argumentos com base em dados, evidências e informações confiáveis e negociar e defender ideias e pontos de vista que promovam a consciência socioambiental e o respeito a si próprio e ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.
  5. Utilizar diferentes linguagens e tecnologias digitais de informação e comunicação para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas das Ciências da Natureza de forma crítica, significativa, reflexiva e ética.
  6. Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, compreendendo-se na diversidade humana, fazendo-se respeitar e respeitando o outro, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias.
  7. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza para tomar decisões frente a questões científico-tecnológicas e socioambientais e a respeito da saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

#### 5.1.4. CULTURAL

Os acadêmicos do curso são estimulados a participarem dos mais variados tipos de eventos culturais proporcionados tanto no ambiente interno a Universidade como no ambiente externo ao meio acadêmico. As atividades de extensão e disciplinas como "Educação, Cultura Digital e Sociedade" e "Ciência, tecnologia, sociedade e ambiente" incluirão temáticas ao longo do processo de formação do estudante.

De acordo com a BNCC, as Competências específicas de Ciências da Natureza para ensino fundamental, que podem contemplar as habilidades sob a dimensão cultural estão:

1. Compreender as Ciências da Natureza como empreendimento humano, e o conhecimento científico como provisório, cultural e histórico.
2. Compreender conceitos fundamentais e estruturas explicativas das Ciências da Natureza, bem como dominar processos, práticas e procedimentos da investigação científica, de modo a sentir segurança no debate de questões científicas, tecnológicas, socioambientais e do mundo do trabalho, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
3. Analisar, compreender e explicar características, fenômenos e processos relativos ao mundo natural, social e tecnológico (incluindo o digital), como também as relações que se estabelecem entre eles, exercitando a curiosidade para fazer perguntas, buscar respostas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das Ciências da Natureza.
4. Avaliar aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais da ciência e de suas tecnologias para propor alternativas aos desafios





- do mundo contemporâneo, incluindo aqueles relativos ao mundo do trabalho.
5. Construir argumentos com base em dados, evidências e informações confiáveis e negociar e defender ideias e pontos de vista que promovam a consciência socioambiental e o respeito a si próprio e ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.
  6. Utilizar diferentes linguagens e tecnologias digitais de informação e comunicação para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas das Ciências da Natureza de forma crítica, significativa, reflexiva e ética.
  7. Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, compreendendo-se na diversidade humana, fazendo-se respeitar e respeitando o outro, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias.
  8. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza para tomar decisões frente a questões científico-tecnológicas e socioambientais e a respeito da saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

#### 5.1.5. ÉTICA

Ao longo de sua formação, os acadêmicos do curso são conduzidos a pautarem-se de princípios e valores éticos como por exemplo: respeito a vida, responsabilidade social e ambiental, dignidade e direitos humanos, justiça, respeito mútuo (empatia), diálogo e solidariedade. As Práticas de Ensino, os Estágios Obrigatórios, assim como as disciplinas da matriz curricular proporcionaram ao estudante a vivência e o debate de temáticas nesse contexto. Além da oportunidade de experiência, a rotina no ambiente universitário que por si só exercita valores éticos e morais em seu cotidiano.

Dentre as Competências específicas de Ciências da Natureza para ensino fundamental, aquelas que abordam o desenvolvimento de competências sob a dimensão ética estão::

- Compreender as Ciências da Natureza como empreendimento humano, e o conhecimento científico como provisório, cultural e histórico.
- Construir argumentos com base em dados, evidências e informações confiáveis e negociar e defender ideias e pontos de vista que promovam a consciência socioambiental e o respeito a si próprio e ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.
- Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, compreendendo-se na diversidade humana, fazendo-se respeitar e respeitando o outro, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul foi criado no âmbito desta Instituição pela Instrução de Serviço nº 005, de 18 de fevereiro 1997, estando credenciado para exercer suas finalidades junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) do Ministério da Saúde desde o dia 18 de março de 1997. Conforme Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012, pesquisas envolvendo seres humanos devem ser submetidas à apreciação do Sistema CEP/Conep, que, ao analisar e decidir, se torna corresponsável por garantir a proteção dos participantes. Os CEPs são colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da





pesquisa dentro de padrões éticos.

O CEP é um órgão consultivo, educativo e fiscalizador. Os trâmites e processos dentro do Comitê de Ética seguem as normas estabelecidas nas resoluções e regulamentos próprios do comitê.

A Comissão de Ética no Uso de Animais (Ceua) foi instituída no âmbito da UFMS pela Portaria nº 836, de 6 de dezembro de 1999, segundo seu regimento interno (Resolução nº 121, Coun/UFMS, de 31 de agosto de 2021) o Ceua tem como objetivo cumprir e fazer cumprir, nos limites das suas atribuições, o disposto na lei, aplicável à criação e/ou utilização de animais para ensino, pesquisa, extensão e inovação, especialmente as resoluções do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea) ou qualquer outro órgão, legalmente constituído, que venha exercer essa função. Ainda, o Ceua tem por finalidade, analisar, fiscalizar, emitir parecer e expedir Certificados à luz dos princípios éticos e da legislação vigente, sobre o uso de animais em ensino, pesquisa, extensão e inovação no âmbito da UFMS.

A sua composição é multidisciplinar, encontrando-se vinculada administrativamente à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Propp) da UFMS. Fica também determinado que toda e qualquer proposta de atividade científica, tecnológica, educacional ou de inovação que envolva a utilização de animais vivos, essencialmente de grupos vertebrados, sob a responsabilidade da Instituição, tenham seus protocolos previamente submetidos à Comissão para avaliação.

#### 5.1.6. SOCIAL

Habilidades e competências sociais são atributos fundamentais para a profissão do professor da educação básica, o qual diariamente interage com um público bastante heterogêneo. As habilidades e competências sociais serão construídas ao longo de sua formação do profissional, seja através de disciplinas como Práticas de Ensino, Estágio Obrigatório ou de forma intrínseca em sua ementa curricular a exemplo de " Educação especial, diversidade e inclusão".

De acordo com a BNCC, as Competências específicas de Ciências da Natureza para ensino fundamental, que podem contemplar o as habilidades sob a dimensão social estão:

- Utilizar diferentes linguagens e tecnologias digitais de informação e comunicação para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas das Ciências da Natureza de forma crítica, significativa, reflexiva e ética.

- Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, compreendendo-se na diversidade humana, fazendo-se respeitar e respeitando o outro, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias.

- Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza para tomar decisões frente a questões científico-tecnológicas e socioambientais e a respeito da saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

#### 5.2. ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES INTERDISCIPLINARES

Por fazer parte de um Projeto Especial, cuja concepção pedagógica está baseada na interdisciplinaridade, as ações de ensino, pesquisa e extensão estão articuladas para que os estudantes possam vivenciar uma aprendizagem colaborativa, em rede, interdisciplinar, criativa e inovadora.

Os temas transversais, tais como tais como Direitos Humanos, Educação Especial, Educação Ambiental, História Africana, Indígena e Afro-brasileira e Relações Étnico-Raciais estão articulados em todas as trilhas de aprendizagem do





curso, sendo abordados de forma direta em vários componentes curriculares obrigatórios. O currículo do curso está proposto com base em um desenho que contempla as dimensões e componentes curriculares e não curriculares articulados de forma interdisciplinar, contendo um Núcleo de Formação Comum, que se estende às demais licenciaturas propostas no Programa.

As atividades de formação propostas incluem componentes curriculares obrigatórios, estágios curriculares, não curriculares, participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão, experiências formativas em laboratórios de pesquisa, experiências em monitoria, experiências nos Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência e Residência Pedagógica, a participação em eventos na área de educação, experiências formativas com metodologias ativas e tecnologias digitais, dentre outras atividades relevantes à formação inicial e continuada de professores.

### 5.3. ESTRATÉGIAS PARA INTEGRAÇÃO DAS DIFERENTES COMPONENTES CURRICULARES

O Colegiado do Curso promoverá as seguintes ações para promover a integração entre as componentes curriculares:

- ♦ Seminários integradores entre os docentes do curso antes do início de cada ano letivo. Esses seminários têm por objetivo a apresentação por parte dos docentes de seus planejamentos para o ano letivo de modo a buscar sinergias e temáticas comuns às disciplinas alocadas no mesmo semestre letivo e disciplinas que compõem o Núcleo de Formação comum e entre as áreas do Núcleo de Formação Específica em Ciências Interdisciplinar (área de Química, Física e Ciências da Vida).
- ♦ Produção de materiais didáticos que contemplem temáticas interdisciplinares por meio de projetos de ensino desenvolvidos pelos estudantes. A partir da elaboração desses materiais pretende-se que os acadêmicos coloquem em diálogo os conhecimentos adquiridos nas disciplinas desenvolvidas naquele semestre e em semestres anteriores.
- ♦ Seminários integradores com os estudantes do curso, docentes e servidores técnicos administrativos em educação. O objetivo desses seminários é a discussão de dificuldades encontradas para o desenvolvimento das atividades do curso e a construção coletiva de soluções para essas dificuldades.
- ♦ Eventos que envolvam os outros cursos do PRIL e promovam o intercâmbio entre os alunos e professores, destacando a interdisciplinaridade e os respectivos conteúdos específicos, além das outras instituições integrantes da Rede.
- ♦ Os diferentes componentes curriculares do curso poderão ser integrados através das atividades de extensão propostas (exemplo: oficinas para produção de materiais didáticos digitais ou não, **workshops**). Com caráter inovador os componentes curriculares "Laboratório de Inovação Pedagógica I" e "Laboratório de Inovação Pedagógica II" também tem como proposta a interlocução dos conhecimentos do Núcleo de Formação Comum e Núcleo de Formação Específica durante o processo formativo do licenciando.
- ♦ Com auxílio da equipe multidisciplinar os materiais didáticos produzidos conduziram o processo de ensino-aprendizagem de forma a integrar os diferentes componentes curriculares, assim como as





atividades propostas pelos professores no Ava-Moodle.

- ♦ A coordenação de curso, assim como Colegiado de Curso se reúnem semestralmente com professores e alunos a fim de identificar problemas, fragilidade e relatar experiências exitosas a fim de buscar aprimorar a interação entre partes. A comunicação e registros podem ocorrer via **e-mail**, **Ava**, **WhatsApp** ou em reuniões presencialmente.

#### 5.4. PERFIL DESEJADO DO EGRESSO

O egresso do curso de Licenciatura em Ciências Interdisciplinar deve ser um profissional consciente dos princípios éticos, científicos e de cidadania. No sentido amplo, deve ser eclético e possuir visão globalizada dos aspectos sociais, culturais e administrativos relacionados às diferentes áreas de sua formação. Na sua atuação profissional e cidadã, deve agir sempre com ética, respeito, transparência, efetividade e excelência.

Como Licenciado em Ciências Interdisciplinar deve

- ser comprometido com o desenvolvimento regional e nacional e com as questões ligadas à sustentabilidade ambiental, econômica e social.
- atuar com profissionalismo, responsabilidade social de acordo com as demandas locais, regionais e nacionais, bem como ser capaz de trabalhar em cooperação e em equipe interdisciplinar e multiprofissional.
- ter o desejo permanente de ampliar seus conhecimentos e de aperfeiçoamento cultural e profissional.

O percurso formativo do curso de Licenciatura em Ciências Interdisciplinar visa o egresso que valorize e atue em prol do aprimoramento e da consolidação do ensino científico e tecnológico; do empreendedorismo e da inovação na educação básica.

#### 5.5. OBJETIVOS

##### **Objetivo Geral;**

Formar professores em Ciências com habilitação para atuar nos anos finais do Ensino Fundamental de modo a permitir que o ensino do conteúdo de Ciências seja integrado e contextualizado em suas várias vertentes e em consonância com o que prevê o PNE e BNCC, que o profissional formado seja capaz de assumir a gestão dos processos formativos continuados do ambiente escolar, reconhecendo que este é seu campo profissional de atuação.

##### **Objetivos Específicos**

Os egressos do curso de Licenciatura em Ciências Interdisciplinar devem ser capazes de:

- Exercer a cidadania, estando capacitados a cuidar do meio ambiente local, regional e global, em busca do equilíbrio do meio divulgando os princípios e ações de educação ambiental;
- Atuar como um cidadão e um profissional em prol da coletividade em busca da igualdade de direitos, do reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades.
- Fomentar a integração entre a teoria e a prática, no que se refere aos conhecimentos pedagógicos e didáticos e aos conhecimentos científicos de forma interdisciplinar
- Planejar e desenvolver práticas pedagógicas que contribuam para a compreensão dos conteúdos de física, química e ciências naturais no cotidiano de forma interdisciplinar;
- Proporcionar o engajamento de seus estudantes, contribuindo para a formação de sujeitos autônomos, críticos, criativos e de princípios éticos.
- Atuar como gestor da educação, proporcionando inovação educacional;





com habilidades para tomar decisões pautadas nos princípios da Ciência;

- Reconhecer seu papel de professor-investigador, mantendo-se em constante processo de expansão de seus saberes, oriundos de uma análise crítica; buscando a capacitação e atualização de conhecimentos gerais e específicos em diferentes contextos de sua atuação profissional.

## 5.6. METODOLOGIAS DE ENSINO

Considerando o cenário social, educacional, cultural e tecnológico em que as escolas e os estudantes estão inseridos, essa proposta de formação, tem como prerrogativa o desenvolvimento de práticas pedagógicas que sejam contextualizadas com a necessidade de formação dos professores, para que estes tenham experiências de aprendizagem baseadas na pesquisa, na experimentação, na criatividade, na capacidade de desenvolver soluções inovadoras para os desafios reais que permeiam o trabalho pedagógico no âmbito da educação básica.

A avaliação da aprendizagem no contexto desta proposta de formação docente será baseada na construção colaborativa do conhecimento, na valorização das características individuais de cada estudante e do seu tempo de aprendizagem, no trabalho em equipe, colaborativo e em rede, no desenvolvimento de projetos inovadores que busquem articular os conteúdos curriculares com o desenvolvimento do trabalho pedagógico nos diferentes contextos de atuação docente, na valorização dos diferentes saberes e na criação de experiências de aprendizagem em diferentes ambientes e espaços, sejam presenciais ou virtuais.

Nessa perspectiva, o trabalho docente será ressignificado, na medida em que o professor atua como mediador, gestor e sistematizador de experiências de aprendizagem (MARTÍN- BARBERO, 2005), que valorizem a autonomia e a autoria dos estudantes, bem como o desenvolvimento da criatividade, do pensamento crítico e do trabalho colaborativo. Nessa proposta de formação, o trabalho docente ultrapassará a lógica da transmissão e recepção de informações, se alicerçando na matemática como elemento fundante da sua ação pedagógica.

Seguindo a dimensão da matemática, o trabalho pedagógico incorpora as dimensões sociais e emocionais, valorizando o **feedback**, a empatia, o entusiasmo, o estímulo ao pensamento crítico e ao desenvolvimento da criatividade. Nesse sentido, “[...] a ação estratégica do professor pode ser decisiva, pois não é a mera apresentação de conhecimento que provoca a aprendizagem.” (GOUVEIA, 2016, p. 33).

A metodologia do trabalho pedagógico que engloba o planejamento didático e a avaliação da aprendizagem deverá ser pautada nesses princípios que valorizam a autonomia discente e que consideram a construção do conhecimento por meio da experimentação, do trabalho colaborativo, na valorização do erro como parte do processo de aprendizagem, do desenvolvimento de projetos e na participação ativa dos estudantes no percurso formativo.

Para sistematização e organização dos diferentes espaços de aprendizagem (presenciais ou virtuais) os professores, com garantia de sua autonomia didática, serão estimulados e encorajados a trabalharem com diferentes estratégias, abordagens, metodologias ativas e tecnologias digitais, que integradas aos diferentes conteúdos curriculares constituirão a base da formação docente dos estudantes.

Essas diferentes estratégias contemplam as particularidades dos estudantes e promovem a autonomia de aprendizagem, a interdisciplinaridade, a flexibilidade curricular, a articulação teórico-prática e a integração ensino-pesquisa-extensão. Além disso, o uso de diferentes metodologias favorecem a formação integral e crítica dos estudantes, a concentração, o raciocínio abstrato, o planejamento, o trabalho colaborativo, a criatividade, a reflexão, a avaliação crítica, a capacidade de investigação científica e capacidade de expressão oral e escrita em diferentes espaços, sejam presenciais ou virtuais.

Inserção das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no processo de aprendizagem:





Para o planejamento didático-pedagógico, os professores poderão pesquisar, adaptar, remixar e utilizar Recursos Educacionais Abertos, em diferentes suportes de mídia, visando ofertar diferentes possibilidades de aprendizagem aos estudantes por meio da curadoria de recursos, tais como: artigos científicos, **e-books**, tutoriais, guias didáticos, vídeos, documentários, vídeo aulas, documentários, **podcasts**, jogos, simuladores, programas de computador, **apps** para celular, apresentações, infográficos, filmes, entre outros.

Os professores serão estimulados a utilizar Ambientes Virtuais de Aprendizagem, para estenderem as possibilidades de comunicação, compartilhamento, trabalho colaborativo e para usufruir das oportunidades que os Recursos Educacionais Abertos e as tecnologias digitais podem proporcionar para o desenvolvimento do trabalho pedagógico. O uso do AVA também é importante para a gestão e personalização da aprendizagem pelos professores, além de facilitar a organização didático pedagógica dos conteúdos, recursos e das estratégias de avaliação da aprendizagem. Para os estudantes, o uso do AVA é importante para que habilidades de organização, autonomia e gestão do tempo para plena participação no seu processo de formação.

#### Tutoria

Seguindo a prerrogativa da Portaria MEC 2.117/2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino, os componentes curriculares do Curso poderão ter disciplinas com carga horária parcial ou total na modalidade a distância e serão ministrados por profissionais capacitados, com formação específica, com material didático específico, com metodologias inovadoras e uso integrado de tecnologias digitais.

Tendo em vista que o escopo desta proposta pedagógica já preconiza o uso integrado de metodologias inovadoras e de tecnologias digitais, a oferta dos componentes curriculares na modalidade a distância se dará de forma articulada com os demais componentes presenciais, seguindo critérios e normativas institucionais que preveem credenciamento obrigatório para docentes por meio de realização de curso de capacitação, atendimento às exigências específicas para elaboração de plano de ensino, produção e curadoria de materiais didáticos digitais e exercício da tutoria integrada à docência. Esse acompanhamento sistemático será realizado por meio do AVA UFMS e de outras ferramentas de apoio, que sejam acessíveis aos estudantes.

Nos componentes curriculares ofertados a distância, o professor responsável por ministrar a disciplina exercerá o papel de professor tutor, atrelando à docência as atividades de tutoria, mediação e acompanhamento dos estudantes, que se integram ao trabalho pedagógico nesse contexto. Nessa perspectiva, a tutoria está integrada à docência, no sentido da mediação pedagógica, da orientação constante, da comunicação, do acompanhamento, do desenvolvimento da autonomia de aprendizagem, do **feedback**, da avaliação e da personalização da aprendizagem.

#### Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

Todas as disciplinas ofertadas no Curso utilizarão o Ambiente Virtual de Aprendizagem da UFMS - Moodle (AVA UFMS), disponível em [ava.ufms.br](http://ava.ufms.br), com recursos tecnológicos e recursos educacionais abertos, em diferentes suportes de mídia, visando o desenvolvimento da aprendizagem autônoma dos estudantes, por meio de livros, **e-books**, tutoriais, guias, vídeos, videoaulas, documentários, **podcasts**, revistas científicas, conteúdos interativos, periódicos científicos, jogos, simuladores, programas de computador, **apps** para celular, apresentações, infográficos, filmes, entre outros.

No âmbito das ofertas das unidades curriculares, o AVA será utilizado como ponto focal para o gerenciamento das atividades acadêmicas dos estudantes, para acesso dos materiais e recursos das disciplinas e também para realização de atividades que envolvam trabalho colaborativo, pensamento crítico e





desenvolvimento de competências necessárias ao exercício profissional.

Oferta de disciplinas EaD em cursos presenciais

Considerando a necessidade da oferta, as disciplinas poderão ser ofertadas parcial ou totalmente na modalidade a distância, observadas as normativas vigentes. As disciplinas ofertadas a distância poderão prever algumas atividades presenciais. As disciplinas ofertadas parcial ou totalmente a distância, além de utilizar as metodologias propostas para todo o Curso, utilizarão obrigatoriamente o Ambiente Virtual de Aprendizagem da UFMS - Moodle (AVA UFMS), regulamentado pela instituição.

O professor poderá dinamizar a composição do material didático no AVA UFMS com a utilização de materiais em diferentes suportes de mídia, tais como: livros, **e-books**, tutoriais, guias, vídeos, videoaulas, documentários, **podcasts**, revistas, periódicos científicos, jogos, simuladores, programas de computador, **apps** para celular, apresentações, infográficos, filmes, entre outros.

O material didático para disciplinas parcial ou totalmente a distância deverão ser validados pela Equipe Multidisciplinar da Unidade de Ensino, por meio de instrumento específico. Para ofertar disciplinas parcial ou totalmente a distância o professor responsável deverá estar credenciado pela Agência de Educação Digital e a Distância (AGEAD).

Quanto às metodologias para alunos portadores de alguma deficiência, a UFMS busca atender as necessidades de acordo com as especificidades de cada aluno. Assim, com apoio da equipe da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, metodologias diferenciadas são utilizadas para cada tipo de deficiência/necessidade do estudante.

## 5.7. AVALIAÇÃO

Considerando o cenário social, educacional, cultural e tecnológico em que as escolas e os estudantes estão inseridos, a proposta de formação do Curso de Ciências Interdisciplinar tem como prerrogativa o desenvolvimento de práticas pedagógicas que sejam contextualizadas com os objetivos da formação docente.

A avaliação da aprendizagem no contexto dessa proposta de formação é baseada na construção colaborativa do conhecimento; na valorização das características individuais de cada estudante e de seu tempo de aprendizagem; no trabalho em equipe, colaborativo e em rede; no desenvolvimento de projetos inovadores que busquem articular os conteúdos curriculares com o desenvolvimento do trabalho pedagógico nos diferentes contextos de atuação docente; na valorização dos diferentes saberes e na criação de experiências de aprendizagem em diferentes ambientes e espaços, presenciais ou virtuais.

Nessa perspectiva, o trabalho docente é ressignificado, na medida em que o professor atua como mediador, gestor e sistematizador de experiências de aprendizagem, que valorizem a autonomia e a autoria dos estudantes, além do desenvolvimento da criatividade, do pensamento crítico e do trabalho colaborativo, inserindo a avaliação de forma contínua e indissociável nas atividades acadêmicas.

Nessa proposta, o trabalho docente ultrapassa a lógica convencional da transmissão e recepção (passiva) de informações/conteúdos. Da mesma forma, a avaliação deixa de ser a comprovação de que o estudante teria aprendido o mínimo de informações “transmitidas” pelo professor, e passa a ser compreendida como mais um momento de construção de conhecimentos.

Alicerçando-se na *matética* como elemento fundante da ação pedagógica, ensinar é uma ação que se distancia da simples transmissão de saber e valoriza a relação entre o professor e o currículo que propõe outras formas para conduzir a aprendizagem, incluindo a avaliação como mais um instrumento para isso.

Seguindo a dimensão da *matética*, o trabalho pedagógico incorpora as dimensões sociais e emocionais, e avaliar passa pela valorização do **feedback** que gera empatia, entusiasmo, estímulo ao pensamento crítico e ao desenvolvimento da criatividade.

Nesse sentido, o trabalho pedagógico engloba o planejamento didático e





a avaliação da aprendizagem pautada em princípios que valorizam a autonomia discente e consideram a construção do conhecimento por meio da experimentação, do trabalho colaborativo, da valorização do erro (ou de possíveis inadequações) como parte do processo de aprendizagem, do desenvolvimento de projetos e da participação ativa dos estudantes no percurso formativo.

Para sistematização e organização de diferentes espaços de aprendizagem (presenciais ou virtuais) os professores do Curso de Ciências Interdisciplinar serão estimulados a trabalhar com diferentes estratégias, abordagens, metodologias e tecnologias digitais, que, integradas aos diferentes conteúdos curriculares, constituirão a base da formação docente dos estudantes. Dentre essas estratégias estão: trabalhos e projetos individuais e em grupo (presenciais e online); produção de conteúdos educacionais desde a observação, a elaboração de hipóteses e pesquisa para compreensão das ciências naturais, físicas e químicas no cotidiano; realização de atividades relacionadas aos conteúdos de física, química e ciências da natureza; incluindo práticas nos laboratórios; elaboração e organização de portfólio digital.

Desta forma, visa-se a ampliação dos processos de avaliação da aprendizagem, que igualmente ocorrem de formas variadas, dependendo dos objetivos da avaliação e da etapa da aprendizagem que se quer avaliar: avaliação diagnóstica, formativa, mediadora, avaliação da produção (do percurso - portfólios digitais, narrativas, relatórios, observação etc.); avaliação por rubricas (competências pessoais, cognitivas, relacionais, produtivas); avaliação dialógica; avaliação por pares; autoavaliação; avaliação **on-line**; avaliação integradora, entre outras.

Desse modo, com produções criativas e socialmente relevantes que mostrem, efetivamente, a evolução e o percurso realizado pelos estudantes, é possível verificar na prática o que aprenderam.

Em relação à avaliação de acadêmicos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, o processo ocorrerá em conformidade com a legislação vigente e com as orientações advindas da Secretaria de Acessibilidade e Ações Afirmativas (Seaaf/ Proaes), após avaliação substanciada das necessidades do acadêmico.

Na busca de melhorias da aprendizagem, algumas ações são previstas tanto na forma presencial quanto a distância, dentre elas: atividades de recuperação periódica dentro dos AVAs de todas as disciplinas; construção dos portfólios; provas optativas e correção descritiva das atividades para os alunos. Além de contribuir diretamente na aprendizagem do estudante; busca-se assim o acompanhamento do desempenho e motivação de todos na turma.

## 6. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

### 6.1. ATRIBUIÇÕES DO COLEGIADO DE CURSO

De acordo com o Art. 46, do Estatuto da UFMS, aprovado pela Resolução nº 93, Coun, de 28 de maio de 2021, e pelo Regimento Geral da UFMS (Art. 16, Seção I do Capítulo V) a Coordenação de Curso do Curso de Graduação será exercida em dois níveis:

- a) em nível deliberativo, pelo Colegiado de Curso;
- b) em nível executivo, pelo Coordenador de Curso.

De acordo com o Art. 14 do Regimento Geral da UFMS, aprovado pela Resolução nº 137, Coun, de 29 de outubro de 2021, compõem o Colegiado de Curso de Graduação: quatro docentes da Carreira do Magistério Superior lotados na Unidade da Administração Setorial de oferta do curso, com mandato de dois anos, permitida uma recondução; e um representante discente matriculado no respectivo curso, indicado pelo Diretório Central dos Estudantes, com mandato de um ano, permitida uma recondução.

Ainda, o Art. 16 do Regimento estabelece que ao Colegiado de Curso de Graduação compete: I - aprovar os Planos de Ensino das disciplinas da estrutura





curricular do Curso; II – garantir coerência entre as atividades didático-pedagógicas e as acadêmicas com os objetivos e o perfil do profissional definidos no Projeto Pedagógico do Curso; III – manifestar sobre as alterações do Projeto Pedagógico do Curso; IV – aprovar as solicitações de aproveitamento de estudos; V – aprovar o Plano de Estudos dos estudantes; VI – manifestar sobre a alteração, a suspensão e a extinção do Curso; VII – propor estratégias para atingir as metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) integrado ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e ao Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU), em relação aos indicadores de desempenho do curso; VIII - fixar normas em matérias de sua competência; e IX – resolver, na sua área de competência, os casos não previstos no Art. 16.

## 6.2. ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

De acordo com a Resolução nº 537/2019, Cograd:

Art. 6º São atribuições do Núcleo Docente Estruturante (NDE):

I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II - propor estratégias de integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III - sugerir ações no PPC que contribuam para a melhoria dos índices de desempenho do curso;

IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Curso de Graduação;

V - atuar no acompanhamento, na consolidação, na avaliação e na atualização do Projeto Pedagógico do Curso, na realização de estudos visando a atualização periódica, a verificação do impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e na análise da adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho; e

VI - referendar e assinar Relatório de Adequação de Bibliografia Básica e Complementar que comprove a compatibilidade entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo, nas bibliografias básicas e complementares de cada Componente Curricular.

VII – Elaborar a cada 2 anos relatório de acompanhamento do PPC.

## 6.3. PERFIL DA COORDENAÇÃO DO CURSO

O Curso de Ciências Interdisciplinar - Licenciatura compõe o Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares (PRIL), no âmbito da Agência de Educação Digital e a Distância. Desse modo, trata-se de um curso especial e quem exerce a função do Coordenador do Curso é a presidente do Colegiado Especial de Curso designado pela UFMS (Portaria nº 2-GAB/Prograd/UFMS, de 24/01/2022), uma docente indicada pela Instituição (Portaria nº 82-RTR/UFMS, de 25/01/2022), doutora com formação na área de graduação e de pós-graduação **stricto sensu** do Curso, que participou do Curso de Capacitação para Formação de Coordenadores de Curso, ofertado pela Agência de Educação Digital e a Distância (AGEAD).

## 6.4. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

A organização acadêmico-administrativa no âmbito da UFMS encontra-se descrita no Manual de Competências UFMS 2021.

O controle acadêmico encontra-se atualmente informatizado e disponibilizado aos professores e às Coordenações de cada curso de graduação. O acesso ao Sistema de Controle Acadêmico e Docente (Siscad) funciona como um diário eletrônico com senha própria e acesso através de qualquer dispositivo ligado à Internet. Nele, os professores lançam o plano de ensino de cada disciplina, o calendário de aulas, ausências e presenças, o critério e fórmula de cálculo das diferentes avaliações e o lançamento de notas e conteúdos.





O sistema Siscad permite a impressão de listas de chamada ou de assinatura na forma do diário convencional, o quadro de notas parcial ou final do período letivo e a ata final, com a devida emissão do comprovante, é enviada eletronicamente para a Secretaria de Controle Escolar (Seconte), secretaria subordinada à Diretoria de Planejamento e Gestão Acadêmica (Digac), vinculada à Pró-reitoria de Graduação (Prograd), responsável pela orientação e acompanhamento das atividades de controle acadêmico, como execução do controle e a manutenção do sistema de controle acadêmico, conferência dos processos de prováveis formandos e autorização da colação de grau.

Havendo diligências no processo de colação como falta de integralização curricular, ou pendência em relação às obrigações do acadêmico perante a instituição, o processo volta para a Unidade de Origem, que é responsável por preparar os documentos para cerimônia de colação de grau, não havendo pendências em relação às suas obrigações perante a instituição, a mesma ata é impressa e depois de assinada, é arquivada eletronicamente no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para eventual posterior comprovação.

A presidente do Colegiado Especial de Curso têm acesso a qualquer tempo aos dados das disciplinas, permitindo um amplo acompanhamento do desenvolvimento e rendimento dos acadêmicos do Curso, por meio dos seguintes relatórios:

- ♦ Acadêmicos por situação atual;
- ♦ Acadêmicos que estiveram matriculados no período informado;
- ♦ Histórico Escolar do acadêmico em todo o Curso ou no período letivo atual;
- ♦ Relação dos acadêmicos por disciplina;
- ♦ Relação dos endereços residenciais, título eleitoral e demais dados cadastrais dos acadêmicos;
- ♦ Relação dos acadêmicos com respectivo desempenho no Curso comparando seu desempenho individual com a média geral do Curso.

É disponibilizado ainda neste Sistema, um programa específico para verificação da carga horária cumprida pelos acadêmicos dos cursos avaliados pelo Enade, com a finalidade de listar os acadêmicos habilitados, das séries iniciais e da última, conforme a Portaria MEC de cada ano que regulamenta a sua aplicação.

No âmbito das Unidades de Administração Setorial, os cursos de graduação da UFMS contam com o apoio das Coordenações de Gestão Acadêmicas (Coac), que realizam o controle acadêmico, emissão de históricos escolares, documentos acadêmicos e outros assuntos pertinentes.

As atividades de apoio administrativo pertinentes às coordenações de curso são executadas pela secretaria acadêmica, dentre elas organizar e executar as atividades de apoio administrativo necessários às reuniões dos Colegiados de Curso, providenciar a publicação das Resoluções homologadas nas reuniões do colegiado, colaborar na elaboração do horário de aula e ensalamento, auxiliar no lançamento da lista de oferta de disciplinas no Siscad, orientar os presidente do Colegiado Especial de Curso sobre os candidatos à monitoria.

O planejamento pedagógico do Curso, bem como, a distribuição de disciplinas, aprovação dos planos de ensino, entre outros, é realizado pelo Colegiado de Curso. Além disso, o Colegiado de Curso, bem como a coordenação





acompanham o desenvolvimento do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) para que todas as componentes curriculares sejam atendidas.

#### 6.5. ATENÇÃO AOS DISCENTES

A Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (Proaes) é a unidade responsável pelo planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação da política estudantil da UFMS. Estão vinculadas à Proaes: a Diretoria de Assuntos Estudantis (Diaes) e a Diretoria de Inclusão e Integração Estudantil (Diest).

A Diaes é a unidade responsável pela coordenação, execução, acompanhamento e avaliação da política de assistência estudantil, alimentação, saúde e acompanhamento das ações dirigidas ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Está estruturada em três secretarias:

- ♦ Secretaria de Assistência Estudantil (Seae): é a unidade responsável pelo atendimento, orientação e acompanhamento aos estudantes participantes de programas de assistência estudantil da UFMS.
- ♦ Secretaria de Espaços de Alimentação (Seali): é a unidade responsável pelo desenvolvimento de ações de atenção à alimentação dos estudantes oferecidas nos espaços da UFMS
- ♦ Secretaria de Atenção à Saúde do Estudante (Sease): é a unidade responsável pelo desenvolvimento de ações de atenção à saúde dos estudantes da UFMS.

A Diest é a unidade responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação de políticas e programas de ações afirmativas, acessibilidade, estágios, egressos e de integração com os estudantes no âmbito da UFMS. Está estruturada em três secretarias:

- ♦ Secretaria de Desenvolvimento Profissional e Egressos (Sedep) é a unidade responsável pela supervisão das ações de acompanhamento profissional dos egressos e pelo monitoramento dos acordos e/ou termos de cooperação de estágio dos estudantes da UFMS.
- ♦ Secretaria de Acessibilidade e Ações Afirmativas (Seaaf) é a unidade responsável pelo desenvolvimento das ações voltadas à acessibilidade, ações afirmativas e serviço de interpretação em Libras visando à inclusão dos estudantes na UFMS.
- ♦ Secretaria de Formação Integrada (Sefi) é a unidade responsável pela recepção dos estudantes na UFMS e a integração destes na vida universitária visando o acolhimento, à permanência e qualidade de vida estudantil.

No âmbito de cada Câmpus, de forma a implementar e acompanhar a política de atendimento aos acadêmicos promovida pela Proaes/RTR, os discentes recebem orientação e apoio por meio de atividades assistenciais, psicológicas, sociais e educacionais.

A Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (Proece) é a unidade responsável pelo planejamento, orientação, coordenação, supervisão e avaliação das atividades de extensão, cultura e esporte da UFMS.

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (Propp) é a unidade responsável pela superintendência, orientação, coordenação e avaliação das





atividades de pesquisa e de pós-graduação da UFMS. Por meio da Secretaria de Iniciação Científica e Tecnológica (Seict) a Propp gerencia e acompanha os programas institucionais, projetos e bolsas de Iniciação Científica, nas diferentes modalidades, desenvolvidas na UFMS, tais como os Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti).

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Prograd) é a unidade responsável pela administração, orientação, coordenação, supervisão e avaliação das atividades de ensino de graduação da UFMS.

A Prograd promove a participação dos acadêmicos em programas de Mobilidade Acadêmica, oportunizando a complementação de estudos e enriquecimento da formação acadêmica por meio de componentes curriculares e pela experiência de entrar em contato com ambientes acadêmicos diferentes e com as diversidades regionais do nosso país. Há também a possibilidade de mobilidade internacional, na forma de intercâmbio, que possibilita o aprimoramento da formação acadêmica e humana, por meio da imersão cultural em outro país, oportunizando a troca de experiências acadêmicas que contribuam para o fortalecimento dos conhecimentos técnicos, científicos e profissionais.

Quanto ao apoio pedagógico, além das monitorias semanais oferecidas pelos acadêmicos (orientados pelos professores) que se destacam pelo bom rendimento em disciplinas, os docentes do Curso disponibilizam horários especiais aos acadêmicos para esclarecimento de dúvidas relativas aos conteúdos das disciplinas em andamento.

O Colegiado Especial de Curso, juntamente com a presidente do Colegiado Especial de Curso pode constatar se o acadêmico precisa de orientação psicológica. Nesse caso, o discente é encaminhado à Secretaria de Atenção à Saúde do Estudante (Sease)/Proaes para o atendimento psicológico e outras providências.

No caso da necessidade de acompanhamento psicopedagógico, a coordenação do Curso solicitará ao setor competente as medidas cabíveis para orientação psicopedagógica ao discente, conforme necessidade.

Os acadêmicos do Curso, além dos egressos, são estimulados a participarem de eventos acadêmicos e culturais, tanto aqueles promovidos pelos docentes do próprio Curso, quanto aqueles externos à UFMS. Para tanto, os docentes promovem ampla divulgação dessas possibilidades, tanto nos murais, quanto por meio de cartazes, e-mails e redes sociais. Os acadêmicos e egressos também são estimulados a participarem em congressos e simpósios com apresentação de trabalhos, com a orientação dos docentes do Curso, podendo divulgar, assim, suas pesquisas. Os trabalhos dos acadêmicos são divulgados tanto por meio de cadernos de resumos apresentados em congressos quanto em revistas dirigidas a esse público-alvo.

O Curso mantém uma base de dados sobre informações dos egressos, de forma a acompanhar a atuação destes e avaliar o impacto do Curso na sociedade local e regional. Incentiva-se a participação de egressos nas atividades acadêmico-artísticas realizadas pelo Curso.

Ainda quanto à atenção aos discentes, a UFMS dispõe de várias modalidades de bolsas disponíveis, dentre elas: a Bolsa Permanência que visa estimular a permanência do acadêmico no Curso e cujos critérios de atribuição são socioeconômicos; a Bolsa Alimentação para as Unidades que não contam com Restaurante Universitário. Além destes auxílios, são desenvolvidos os seguintes Projetos no âmbito da instituição: Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior, Brinquedoteca, atendimento e apoio ao acadêmico, nutrição, fisioterapia e odontologia, inclusão digital, incentivo à participação em eventos, passe do estudante, recepção de calouros, suporte instrumental.

Existem ainda, outras modalidades de bolsas na UFMS que estimulam a participação do acadêmico em ações de extensão, ensino e pesquisa, como: bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), bolsas de monitoria de ensino de graduação,





Programa de Educação Tutorial (PET), bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e bolsas de extensão.

Nos últimos anos tem sido verificada carência na formação básica dos discentes, especialmente em língua portuguesa, química e matemática, o que dificulta o processo ensino-aprendizagem. Objetivando minimizar esse problema, Cursos de Nivelamento em Matemática, Língua Portuguesa e Química serão oferecidos via Projeto de Ensino de Graduação (PEG), obedecendo a resolução vigente. Tais Cursos de Nivelamento serão oferecidos aos discentes, em horário extracurricular, no primeiro semestre de cada ano e/ou em período especial, via Sistema de Ensino a Distância da UFMS. Além disso, de acordo com a necessidade e ao longo do Curso, reforço pedagógico será aplicado por meio de monitorias nas disciplinas curriculares.

## 8. POLÍTICAS

### 8.1. CAPACITAÇÃO DO CORPO DOCENTE

A UFMS oferece cursos de curta duração em "História e Culturas Indígenas" e "Gênero e Formação de Professores", além de organizar-se para propiciar a capacitação do corpo docente priorizando as seguintes áreas:

- Práticas Pedagógicas no Ensino Superior
- Formação Inicial de Docentes para o Ensino Superior
- Formação de Gestores para Cursos de Graduação

### 8.2. INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Acerca da inclusão de pessoas com deficiência, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul define em seu Plano de Desenvolvimento Institucional ações de acessibilidade como aquelas que possibilitem a melhoria das condições educacionais de estudantes que apresentam algum tipo de impedimento físico, sensorial, mental/intelectual, deficiências múltiplas, transtornos mentais, bem como aqueles que apresentam altas habilidades/superdotação e que necessitem de atendimento educacional especializado, recursos pedagógicos, tecnologias assistivas, mobiliários e ambientes externos e internos adaptados, garantindo a mobilidade com o máximo de autonomia.

A ampliação das oportunidades educacionais para os acadêmicos que apresentam necessidades especiais, em decorrência de alguma condição física, sensorial, mental, intelectual que o coloque em situação de incapacidade diante das diversas situações acadêmicas e de outra natureza, podem ser garantidas por meio da acessibilidade. Portanto, no intuito de colaborar para tornar a UFMS acessível, têm sido feitas mudanças nas propostas curriculares que se expressam nos Projetos Pedagógicos de Cursos sendo revisados para colaborar com a perspectiva da educação inclusiva, de modo a atentar e atender à diversidade das características educacionais dos estudantes para iniciar um processo que lhes garanta mais que o acesso, mas também a permanência e o máximo de autonomia para concluírem o curso de ensino superior. A Secretaria de Acessibilidade e Ações Afirmativas (Seaaf), responsável pelo desenvolvimento de ações que promovam a acessibilidade e as políticas afirmativas na UFMS, também visa o atendimento do público-alvo da Educação Especial, o que inclui pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação. De forma geral, como tais sujeitos requerem necessidades educacionais especiais que precisam ser consideradas para que sua trajetória acadêmica seja positiva, entre as atividades da Seaaf estão: avaliação das necessidades educacionais especiais dos acadêmicos; orientação a docentes, colegas e/ou familiares quantos às necessidades educacionais especiais do discente com deficiência, autismo ou altas habilidades; acesso à comunicação e informação, mediante disponibilização de materiais acessíveis, de equipamentos de tecnologia assistiva, de serviços de guia-intérprete, de tradutores e intérpretes de Libras; coordenação de planos, programas e projetos





de acessibilidade do Governo Federal no âmbito da Universidade e garantia da acessibilidade nas instalações da Universidade. No caso do autismo ou de outros estudantes público-alvo da Educação Especial, a Seaaf os identifica por meio do Sistema de Controle Acadêmico. A partir da identificação, a Seaaf entra em contato com os discentes para diálogo e confirmação de dados, bem como para elaborar/planejar o atendimento que ele necessita no que diz respeito ao suporte para que sua vida acadêmica na Universidade possa ocorrer da melhor forma possível. O atendimento ao acadêmico público alvo da Seaaf varia de acordo com as necessidades específicas de cada estudante. É realizada uma avaliação das condições do acadêmico, seus pontos fortes e habilidades a serem desenvolvidas; sua trajetória escolar e estratégias desenvolvidas diante de suas necessidades educacionais especiais; situação atual: demandas identificadas pelo acadêmico e por seus professores. Também é apresentada ao acadêmico a proposta de acompanhamento psicoeducacional, tanto de suporte psicológico, como pedagógico, trabalhando com o discente técnicas de estudo para acompanhamento da disciplina nas quais está matriculado. O atendimento é dinâmico, pois se analisa o resultado das ações a fim de se manter o que favorece o desempenho acadêmico e/ou planejar novas ações. A metodologia do ensino nas aulas regulares dos cursos da UFMS também segue estas diretrizes, pois cabe à equipe da Seaaf, quando solicitada, formular orientações referentes às necessidades educacionais especiais dos referidos estudantes. Adicionalmente, a Prograd disponibiliza à Proaes a listagem de disciplinas e docentes contempladas com o Projeto de Monitoria, uma vez que os monitores podem oferecer um suporte a mais para auxiliar o estudante caso apresente dificuldades com os conteúdos abordados no curso.

A Seaaf realiza a tradução e interpretação de conversações, narrativas, palestras e atividades didático-pedagógicas dentro do par linguístico Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa, nos espaços da instituição e eventos por ela organizados, para atender as pessoas com Surdez priorizando as situações de comunicação presencial, tais como aulas, reuniões, atendimento ao público, e assessora nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Toda a comunidade acadêmica da UFMS pode fazer a solicitação à Seaaf por meio de preenchimento de formulário na página da Proaes. O mesmo ocorre com o público alvo da Educação Especial, por meio do preenchimento de formulário de "Atendimento Educacional Especializado", ambos na página da Proaes. Entretanto, o atendimento também é prestado caso a solicitação ocorra pessoalmente, por **email**, ou mediante Ofício Interno com material a ser traduzido em anexo.

Além disso, a política de inclusão da pessoa com deficiência envolve: a eliminação de barreiras físicas/arquitetônicas e atitudinais; adaptação de mobiliário; disponibilização e orientação para uso de tecnologias assistivas; e acessibilidade nos serviços, sistemas e páginas eletrônicas da UFMS. Evidentemente, este é um trabalho extenso e que ainda se encontra em andamento na instituição.

Por fim, é válido expor que a garantia de acessibilidade corresponde às diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos, pois tem como princípios: a dignidade humana; a igualdade de direitos; o reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; a democracia na educação e a sustentabilidade socioambiental (conforme Resolução nº 1/2012-CNE/CP). Cabe-se também esclarecer que a Seaaf colabora com a acessibilidade física/arquitetônica na UFMS por meio de destinação de recursos (quando disponíveis) e encaminhamentos à equipe de Arquitetura. A equipe da Diretoria de Planejamento e Gestão de Infraestrutura (Dinfra/Proadi) é responsável pela adequação dos prédios da UFMS. Para apoio institucional contamos com a Comissão Permanente de Acessibilidade, que analisa e encaminha as ações destinadas para esse público. Essa Comissão conta com representantes das pró-reitorias e é presidida por um representante da Seaaf/DIEST/Proaes.

No âmbito do Câmpus, outras necessidades de natureza econômica ou social são monitoradas em trabalho conjunto com a Proaes.

No plano pedagógico, a Administração setorial, via Administração central,





prevê a capacitação de Técnicos-Administrativos e Professores para o atendimento a pessoas com deficiência.

### 8.3. INCLUSÃO DE COTISTAS

Os cotistas terão um acompanhamento específico por parte da Coordenação de Curso ao longo do primeiro ano. Este acompanhamento inclui o monitoramento de seu desempenho acadêmico (como dos demais alunos) buscando identificar cedo possíveis **déficits** de aprendizagem que os estejam impedindo de prosseguir seus estudos de forma adequada.

O Curso oferece aos seus estudantes todo o material necessário ao desenvolvimento de atividades didático – pedagógicas (equipamentos, materiais, livros, etc.). Contudo, outras necessidades de natureza econômica ou social serão monitoradas em trabalho conjunto com a Proaes.

### 8.4. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A política de construção curricular contempla nos seus diferentes níveis (matriz curricular, ementas, metodologias e estratégias de ensino) a inclusão dos temas: relações étnico-raciais, direitos humanos e educação ambiental.

As temáticas estão incluídas em todos os semestres do curso, inclusive em componentes curriculares de prática, com vistas a desenvolver nos estudantes conhecimentos e competências necessárias ao exercício da prática docente contextualizada com questões emergentes da sociedade.

As práticas de extensão serão desenvolvidas de forma integrada às práticas pedagógicas. As instituições que compõem a Rede do PRIL trabalharão de forma articulada para fomentar programas, projetos, atividades e ações capazes de imbuir docentes, estudantes, gestores e comunidade do seu papel político, social e transformador.

Neste sentido, as ações e práticas desenvolvidas serão relacionadas de forma interdisciplinar com as temáticas da Educação em direitos humanos e cidadania; da diversidade cultural; da Educação das relações étnico-raciais e histórias das culturas afro-brasileira, africana e indígena; da Educação ambiental, do desenvolvimento sustentável e da qualidade de vida; do Empreendedorismo; e da Educação em inovações tecnológicas.

## 9. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

### 9.1. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO FORMATIVO

Em relação ao sistema de avaliação, praticar-se-á o previsto pela Resolução nº 430, Cograd, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe ser 6,0 (seis) a média mínima para a aprovação. O Plano de Ensino deverá prever um sistema de avaliação composto por, no mínimo, duas avaliações obrigatórias e uma avaliação optativa.

Para cada avaliação realizada, o professor deverá, em até dez dias úteis:

- Registrar no Siscad as notas das avaliações em até dez dias úteis após a sua realização/conclusão; e

- Disponibilizar aos estudantes as respectivas avaliações corrigidas até o dia de registro das notas, apresentando a solução padrão e respectivos critérios de correção.

Para cada disciplina cursada, o professor deverá associar ao estudante uma Média de Aproveitamento, com valores numéricos com uma casa decimal, variando de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero).

A aprovação nas disciplinas dependerá da frequência nas aulas e/ou participação nas aulas e/ou atividades pedagógicas assíncronas, bem como Média de Aproveitamento (MA) expressa em nota, resultantes das avaliações, de acordo com o Plano de Ensino da disciplina. Será considerado aprovado na disciplina, o





estudante que obtiver, frequência igual ou superior a 75%, e Média de Aproveitamento, igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero).

A fórmula para cálculo da Média de Aproveitamento consiste na média aritmética, simples ou ponderada, das notas obtidas pelo estudante nas avaliações previstas no Sistema de Avaliação proposto para a respectiva disciplina.

A quantidade e a natureza das avaliações serão os mesmos para todos os estudantes matriculados na turma, os critérios de correção das questões discursivas previamente apresentados.

No caso de disciplinas ofertadas total ou parcialmente a distância, o sistema de avaliação do processo formativo, contemplará as atividades avaliativas a distância, a participação em atividades propostas no AVA UFMS e avaliações presenciais, respeitando-se as normativas pertinentes.

## 9.2. SISTEMA DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

Fundamentada na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), e visa promover a avaliação das instituições, de cursos e de desempenho dos acadêmicos (Enade), a UFMS designou uma equipe que compõe a Comissão Própria de Avaliação Institucional da UFMS (CPA/UFMS), que possui representantes docentes, técnico-administrativos, discentes e um da sociedade civil organizada.

Cada Unidade da Administração Setorial (UAS) da UFMS tem uma comissão responsável pela avaliação correspondente à Unidade, denominada Comissão Setorial de Avaliação (CSA). A CPA e a CSA são regulamentadas institucionalmente pela Resolução nº 104, Coun, de 16 de julho de 2021. O mandato de seus membros é de três anos, permitida uma recondução por igual período.

As CSAs têm a mesma competência da Comissão Própria de Avaliação (CPA) aplicadas no âmbito da Unidade, são a extensão da CPA nas unidades da UFMS. São responsáveis pela elaboração dos relatórios apontando as fragilidades e potencialidades, para o conhecimento dos gestores, Colegiados dos Cursos e demais instâncias para que indiquem de forma coletiva as ações que deverão ser implementadas, garantindo assim um processo formativo e contínuo da avaliação.

Os questionários para a avaliação encontram-se disponíveis no Sistema de Avaliação Institucional (SIAI), por meio do link (<https://siai.ufms.br/avaliacao-institucional>) e cabe à Coordenação do Curso, ao Colegiado do Curso e à CSA a divulgação do mesmo junto aos estudantes. Por meio desse questionário os alunos da UFMS podem avaliar as disciplinas do semestre anterior e os respectivos docentes que ministraram as disciplinas, infraestrutura física, organização e gestão da instituição, políticas de atendimento ao discente, potencialidades e fragilidades do Curso, etc. Os dados desses questionários são coletados e serão utilizados pela CSA para elaboração do Relatório de Autoavaliação Setorial da Unidade e pela CPA para a elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional da UFMS (RAAI).

Além disso, cada Coordenação de Curso deverá realizar reuniões semestrais com o corpo docente e discente, visando refletir sobre os dados expostos nos relatórios de autoavaliação institucional e definir estratégias para melhoria do Curso. No que se refere especificamente à avaliação da aprendizagem, preservar-se-á o princípio da liberdade pedagógica do professor, compatibilizando esta liberdade com a legislação vigente no âmbito da UFMS.

## 9.3. PARTICIPAÇÃO DO CORPO DISCENTE NA AVALIAÇÃO DO CURSO

Os discentes participam da avaliação institucional, semestralmente, preenchendo o questionário de avaliação, disponibilizado em uma plataforma própria (SIAI), sendo um formulário sucinto no primeiro semestre, a partir do qual avaliam o desempenho do docente e seu próprio desempenho nas disciplinas cursadas no semestre e o atendimento oferecido por parte da coordenação de curso e um formulário mais completo, no segundo semestre, que agrega, aos aspectos anteriores, a infraestrutura geral da Instituição e o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão. O trabalho de sensibilização do discente, no processo





avaliativo, é conjunto com a Diretoria de Avaliação Institucional (Diavi), Comissão Própria de Avaliação (CPA), Comissão Setorial de Avaliação (CSA), cabendo à CSA promover a sensibilização da sua respectiva Unidade.

Como incentivo à participação do discente no processo de avaliação, a resposta ao Questionário do Estudante da Comissão Própria de Avaliação da UFMS pode ser computada como parte da carga horária destinada às atividades complementares. Acredita-se que este pode ser importante estímulo à participação do corpo discente no processo avaliativo. Outro elemento de participação obrigatória é o Enade, no ano em que o ciclo avaliativo engloba o curso e é um componente curricular obrigatório, sem o qual o discente não pode concluir a graduação.

#### 9.4. PROJETO INSTITUCIONAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO CURSO

A Diretoria de Avaliação Institucional é a Unidade responsável por coordenar e articular todas as ações de avaliação institucional desenvolvidas na UFMS. Entre outras competências, ela é responsável por conduzir os processos de avaliação internos no âmbito da Reitoria, da Administração Central e Setorial, e apoiar a Diretoria de Inovação Pedagógica e Regulação (DIPER), e Secretaria de Regulação e Avaliação (SERAV), unidades vinculadas a Prograd, e a Pró-reitora de Pesquisa e Pós Graduação (Propp) nos processos de Relatório de Autoavaliação Institucional (Raai), Enade, Credenciamento, Reconhecimento, Renovação de Reconhecimento e Avaliação dos cursos.

A CPA/UFMS disponibilizou uma página no site da UFMS (<https://cpa.ufms.br/>) para acesso aos documentos e relatórios como Autoavaliação Institucional e Relatórios de avaliação setoriais. A CPA/UFMS promove a avaliação constituída dos seguintes itens:

- ♦ avaliação discente;
- ♦ avaliação por docentes;
- ♦ avaliação pelos coordenadores;
- ♦ avaliação de diretores;
- ♦ avaliação por técnicos administrativos;
- ♦ questionamentos descritivos enviados aos setores administrativos da instituição e entrevistas.

### 10. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

#### 10.1. ATIVIDADES ORIENTADAS DE ENSINO (QUANDO HOVER)

Não se aplica.

#### 10.2. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Atividades envolvendo o planejamento e o desenvolvimento progressivo do Curso por meio de atividades de monitoria, iniciação científica, PIBID, RP e extensão, diretamente orientadas por membro do corpo docente da instituição de educação superior decorrentes ou articuladas às disciplinas do Curso. Participação e apresentação de trabalhos em congressos, seminários e semanas voltadas para atividades educativas, eventos científico-culturais. Estudos curriculares, de modo a propiciar vivências em algumas modalidades e experiências e, opcionalmente, na educação de pessoas com necessidades especiais, na educação do campo, na educação indígena, na educação em remanescentes de quilombos, em organizações não-governamentais, escolares e não escolares públicas e privadas.

#### 10.3. ATIVIDADES DE EXTENSÃO

O curso de Ciências Interdisciplinar atuará de acordo com Instrução Normativa Conjunta Nº 1 - PROGRAD/PROECE/UFMS, de 3/11/2021, incorporando





no mínimo 10% do total da carga horária do curso em atividades de extensão; buscará integrar e divulgar o conhecimento de ciências naturais ao cotidiano da comunidade; ampliando a divulgação científica e contribuindo para a diminuição da desinformação.

Ao longo do curso, atividades que visem a comunidade externa serão conduzidas pelo corpo docente e discente, como exemplos: preparação e/ou apresentação de eventos científicos em escolas da educação básica; como feiras de ciências; seminários, palestras e **workshops**; participação, individual ou coletiva, em ações de impacto social e cidadania; atuação em projetos e programas institucionais reconhecidos, relativos à área de conhecimento do Curso e a outras áreas de conhecimento, incluindo atividades inovadoras e empreendedoras, artísticas ou esportivas; atuação em programas de natureza governamental, com impacto na sociedade, que atendam às políticas municipais, estaduais, distrital e/ou nacional; dentre outras atividade que promovam a difusão e aplicação do conhecimento acadêmico em prol da comunidade.

#### 10.4. ATIVIDADES OBRIGATÓRIAS (ESPECÍFICO PARA CURSOS DA EAD)

Não se aplica ao curso.

#### 10.5. ESTÁGIO OBRIGATÓRIO (QUANDO HOVER) E NÃO OBRIGATÓRIO

O estágio, no âmbito da UFMS, é regido pela Resolução nº 107, Coeg, de 16 de junho de 2010, que aprova o Regulamento do Estágio para os acadêmicos dos Cursos de Graduação presenciais, e deve ter como objetivo a complementação do ensino e da aprendizagem, proporcionando treinamento prático, aperfeiçoamento técnico-cultural e científico e de relacionamento humano.

Em consonância com a Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019 do Conselho Nacional de Educação, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC Formação), o curso de Licenciatura em Ciências Interdisciplinar tem em seu Projeto Pedagógico de Curso 800 (oitocentas) horas destinadas à prática pedagógica, sendo que 400 (quatrocentas) horas são para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, e 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares da base comum e conteúdos específicos, distribuídas ao longo do curso. Esta proposta de formação inicial se organiza a partir da superação da dicotomia entre a teoria e a prática, entendendo-as no processo de formação inicial desde o primeiro ano do curso, com o intuito de proporcionar uma formação de qualidade em que o processo de aprendizagem ultrapasse a simples apreensão de conteúdos isolados e desconexos da realidade.

O curso de Ciências Interdisciplinar no âmbito do PRIL/AGEAD, esta articulada desde a sua concepção inicial com as demandas de formação presentes na Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande e na Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul. Desta forma, ambas as redes manifestaram o interesse em receber os estudantes do Curso para realização de estágios e práticas; visando o desenvolvimento dos conhecimentos necessários para a atuação docente, promovendo a interdisciplinaridade, o trabalho colaborativo em rede e com ênfase na vivência **in loco** nas instituições escolares. Considerando que o PRIL/AGEAD atende a demandas específicas dos Editais 35/2021 e 66/2021, que privilegiam profissionais que já atuam na Educação Básica, os alunos do Curso de Ciências Interdisciplinar poderão realizar as atividades de estágio nas escolas que, porventura, estejam vinculados profissionalmente. Neste curso, os estágios proporcionarão a integração curricular do núcleo de formação comum e núcleo de formação específica e se desenvolverá em conformidade com as práticas de ensino, iniciando-se com o estágio em Gestão Escolar; seguido das atividades intrínsecas da área de ciências da natureza nos denominados Estágios Obrigatórios na Educação Básica I, II e III.

O registro acadêmico será realizado por meio dos documentos





institucionais de estágio: regulamento de estágio, termo de compromisso, plano de atividades, controle de registro de presença do licenciando no campo de Estágio. A aprovação do estudante, mediante desenvolvimento satisfatório das atividades no componente curricular, será registrada no Sistema Acadêmico da UFMS.

O Estágio não-obrigatório é de natureza opcional, com a finalidade de enriquecer conhecimentos teóricos do acadêmico. Em caso de realização do estágio nessa modalidade, os trâmites seguirão as normativas da UFMS.

## 10.6. NATUREZA DO ESTÁGIO

O estágio obrigatório do curso de Licenciatura em Ciências Interdisciplinar se dará com orientação semidireta, isto é orientação e acompanhamento por meio de visitas à concedente, a fim de manter contato com o Supervisor de Estágio, além de entrevistas e reuniões periódicas com os estudantes.

## 10.7. PARTICIPAÇÃO DO CORPO DISCENTE NAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

Os discentes do curso de Ciências Interdisciplinar poderão participar de diversas atividades regulamentadas pela UFMS através de projetos/programas específicos, dentre elas:

**Peg:** Projeto de Ensino de Graduação é uma ação vinculada ao Projeto Pedagógico de Curso (PPC), de um ou mais Cursos de Graduação, que tem por objetivo a efetivação da melhoria dos Cursos de Graduação com implementação de ações inovadoras e/ou metodológicas que visem à efetiva melhoria do processo de ensino, a dinamização dos componentes curriculares do PPC e/ou a produção de material didático e instrucional.

**Pibid:** Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência é um programa da Capes cujo objetivo é melhorar a formação de alunos dos cursos de licenciatura, privilegiando um trabalho que envolve a inserção dos acadêmicos em espaço escolar onde participam de atividades ligadas a sua futura ação como sob a orientação de professores da área em que atuarão.

**Pibic:** Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica visa a apoiar a política de Iniciação Científica desenvolvida na UFMS, por meio da concessão de bolsas de Iniciação Científica (IC) a estudantes de graduação integrados na pesquisa científica. Entre os objetivos do programa estão: estimular a vocação científica dos acadêmicos de graduação, estimular a articulação entre graduação e pós-graduação, proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como a estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com problemas de pesquisa, além de ampliar o acesso e a integração do estudante à cultura científica.

**Pivic:** Programa de Iniciação Científica Voluntária tem como objetivo estimular estudantes de graduação que estão desenvolvendo atividades de pesquisa, sem terem sido contemplados com quota de bolsa de Iniciação Científica, a continuar as suas atividades de forma voluntária mantendo sua participação na iniciação científica.

**Projetos de extensão:** a Extensão Universitária é uma das ações da universidade que propõe o compartilhamento, com o público externo, do conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa desenvolvidos na instituição. Seu objetivo é articular o conhecimento científico construído na universidade com as necessidades da comunidade promovendo a interação e transformação da realidade social dessa comunidade. Sendo, portanto, uma das funções sociais das IES, a UFMS envolve-se nesse processo por meio da promoção do desenvolvimento social e do fomento de projetos e programas de extensão.

Os cursos de graduação propõem projetos de extensão já consolidados na instituição que envolvem os acadêmicos em suas ações, oferecendo bolsas de extensão para aqueles que deles participam. Assim como nos Programas de Iniciação Científica, os Projetos de extensão também aceitam bolsistas e voluntários em suas atividades.





Programa Institucional de Monitoria de Graduação (IS Nº 49 de 2021 -PROGRAD/UFMS ) é uma ação de ensino e objetiva a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem nos Cursos de Graduação da UFMS pela articulação entre teoria e prática, envolvendo estudantes e professores em atividades didático-pedagógica, além de incentivar a participação do acadêmico nas atividades de ensino de graduação; despertar no acadêmico o interesse pela docência.

Atividades acadêmicas extra-curriculares também contribuem na imersão dos alunos nas escolas de Educação Básica, proporcionando atividades de regência de sala de aula e intervenção pedagógica, acompanhadas por um professor da escola com experiência na área de ensino do licenciando e orientada por um docente da instituição. Assim de acordo com o item 7.1 dos Editais SEB/MEC 35 e 66/2021, aluno que não atua como professor poderá no último ano do curso fazer a residência docente na rede pública de ensino com recebimento de bolsa.

#### 10.8. PRÁTICA DE ENSINO (ESPECÍFICO PARA OS CURSOS DE MEDICINA)

Não se aplica ao curso.

#### 10.9. PRÁTICA DE ENSINO NA ÁREA DE SAÚDE (ESPECÍFICO PARA OS CURSOS DA ÁREA DE SAÚDE, EXCETO MEDICINA)

Não se aplica ao curso.

#### 10.10. PRÁTICA DE ENSINO COMO COMPONENTE CURRICULAR (ESPECÍFICO PARA OS CURSOS DE LICENCIATURA)

As disciplinas de Práticas Pedagógicas têm como finalidade promover e ampliar a articulação das diferentes práticas numa perspectiva interdisciplinar, bem como propiciar a iniciação à investigação científica a partir da observação da realidade socioeducacional. Assim, estes componentes curriculares darão ênfase aos procedimentos de observação, reflexão e escrita voltados à compreensão e atuação em situações contextualizadas da realidade educacional. As 400 horas de Práticas de Ensino se iniciam no primeiro ano e são divididas igualmente da seguinte forma: Práticas Pedagógicas para Formação Docente I e II; e Práticas de Para Formação Específica I e II,

Assim, tem como um dos objetivos propiciar desde o início da formação a articulação entre teoria e prática; o estímulo à reflexão sobre o fazer do educador; criação de espaços de reflexão coletiva e sistemática sobre o fenômeno educacional; e a mobilização de conhecimentos de diferentes naturezas e oriundos de diferentes experiências, em diferentes tempos e espaços curriculares.

Isso será possível devido à articulação dos componentes curriculares do NFC e do NFE com o desenvolvimento das práticas pedagógicas e dos estágios numa perspectiva interdisciplinar, com foco em práticas pedagógicas inovadoras, críticas, criativas e contextualizadas com necessidades da Educação Básica do Brasil.

As práticas devem ser registradas em portfólio, compilando evidências das aprendizagens do licenciando requeridas para a docência, tais como planejamento, avaliação e conhecimento do conteúdo. As práticas consistem no planejamento de sequências didáticas, na aplicação de aulas, na aprendizagem dos educandos e nas devolutivas dadas pelo professor.

#### 10.11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (QUANDO HOVER)

Não se aplica.

### 11. DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS (OBRIGATÓRIO PARA CURSOS EAD)

Para disciplina ofertada total ou parcialmente a distância, deverá haver a utilização de Materiais Didáticos que são categorizados de duas formas:





Material Didático Institucional (MDI): material produzido por professor especialista em parceria com a Secretaria de Tecnologias e Materiais Digitais (Setec) da Agead, por meio de sua Equipe Multidisciplinar de Produção, no formato autoinstrucional e disponibilizado com licença aberta (Creative Commons CC-BY) à todos os Cursos de Graduação da UFMS; e

Material Didático Específico (MDE): material produzido/organizado pelo professor responsável pela oferta de uma disciplina específica por meio da curadoria e/ou produção independente de conteúdos em diversas mídias.

Todos os Materiais Didáticos deverão ser validados por uma Equipe Multidisciplinar de Validação (EMV), preferencialmente, antes do início da oferta da disciplina. Cada Unidade da Administração Setorial (UAS) possui sua própria EMV constituída por meio de Portaria do Diretor, com validade máxima de dois anos, sendo composta por docentes representantes de cada Curso de Graduação vinculado à Unidade. A UFMS possui normativa específica que trata da composição, atribuições e o processo de trabalho da Equipe multidisciplinar para produção e validação de materiais para a EaD.

O material didático deverá ser composto por tecnologias e recursos educacionais abertos (de preferência com licenças livres) em diferentes suportes de mídia, favorecendo a formação e o desenvolvimento pleno dos estudantes e assegurando a acessibilidade metodológica e instrumental. Tais materiais didáticos podem se constituir de: livros, **e-books**, tutoriais, guias, vídeos, videoaulas, documentários, objetos de aprendizagem, materiais interativos, **podcasts**, revistas, periódicos científicos, jogos, simuladores, programas de computador, **apps** para celular, apresentações, infográficos, filmes, entre outros.

## 12. INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO

A UFMS possui prédios destinados a salas de aula, laboratórios, auditórios, salas administrativas, oficinas e banheiros, distribuídos pela cidade universitária, pelos nove câmpus e duas bases de estudos e pesquisa. A área construída nos nove câmpus fora da sede e nos institutos, faculdades e escolas da Cidade Universitária é de cerca de 152.047,56 m<sup>2</sup>. As três maiores unidades em área construída são: o câmpus de Três Lagoas (20.007,57 m<sup>2</sup>), o câmpus do Pantanal (17.848,05 m<sup>2</sup>) e a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (11.786,73 m<sup>2</sup>).

Ao contabilizar também as unidades administrativas e demais edificações, totalizam cerca de 282.240,89 m<sup>2</sup>. Todos os câmpus possuem anfiteatros/auditórios, aos quais, dispõem de um total aproximado de 3.500 assentos. Ao todo, a UFMS possui 343 salas de aula, sendo: 72 com capacidade máxima de 30 estudantes, 234 com capacidade máxima de 60 estudantes e 37 que podem receber mais de 60 estudantes.

Já os laboratórios somam 702 unidades, onde temos 116 depósitos diversos e 5 oficinas que atendem de formas variadas, as atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo dotados de equipamentos e demais recursos de acordo com as necessidades de sua área de atuação. Entre refeitórios, copas e cantinas, são 114 espaços. Os gabinetes administrativos somam 267 espaços e os professores contam com 553 gabinetes para trabalho e 166 banheiros adaptados. Todas as salas de aula possuem projetor multimídia e todo o câmpus possui acesso à internet sem fio para servidores e estudantes.

Em relação às outras instalações que compõem a UFMS, podemos citar: salas de coordenadores, salas para técnicos de laboratórios, gabinetes de estudantes, bibliotecas, salas de pós-graduação, salas de reunião, salas de estudos, salas da residência, salas de projetos externos, alojamentos, espaços de convivência, salas de atendimento, consultórios de psicologia e fonoaudiologia, centros acadêmicos, empresas juniores, observatórios de turismo, salas para raio-X e técnicas cirúrgicas, farmácias, arquibancadas para aula, salas para odontologia, biotério, salas para animais, salas para lavagens, lavanderias e sala para





quarentena.

A infraestrutura física da UFMS conta também com diversos outros prédios e instalações, que proporcionam a realização de atividades acadêmicas e administrativas, atendendo às comunidades interna e externa e contribuindo para a realização da missão institucional, como o Teatro Glauce Rocha, o Estádio Pedro Pedrossian, o ginásio de esportes Eric Tinoco (Moreninho) os Complexos Multiusos e poliesportivos, o Hospital Veterinário, clínicas de atendimento, entre outros.

Na constante busca pelo aperfeiçoamento do desempenho acadêmico, a UFMS reconhece que uma infraestrutura moderna e adequada é um fator relevante para o aprendizado e a satisfação dos estudantes, sendo certo que os investimentos em expansão na infraestrutura dos ambientes de ensino, pesquisa e extensão têm sido colocados como uma prioridade para o desenvolvimento da própria instituição. Com efeito, esforços estão sendo envidados para garantir à UFMS um crescimento que produza reflexos na qualidade da formação dos estudantes e na capacidade gerencial de alocação do investimento público.

Além dos espaços físicos disponíveis nas Unidades da Administração Setorial responsáveis pelas ofertas de cursos, a UFMS possui uma Agência de Educação Digital e a Distância (AGEAD/UFMS) com infraestrutura própria e apta a oferecer elementos diferenciados para a proposta.

A Infraestrutura da AGEAD conta com 9 (nove) salas de aula multiuso, todas com projetor multimídia, algumas com capacidade para 55 pessoas e outras com capacidade para 80 pessoas; um Laboratório de Apoio à Inovação da Educação Básica do Brasil (LabInova) atuando como sala de videoconferência/estúdio para gravação e transmissões síncronas; dois laboratórios de informática, um com 44 computadores e o outro com 25 computadores; um auditório com projetor, TV, sistema de áudio completo e capacidade para 126 pessoas; dois estúdios para gravação de videoaulas com dois ambientes (incluindo **chroma key**); um Laboratório de Criatividade e Inovação para a Educação Básica (LabCrie) atuando como ambiente de formação de professores por meio de aprendizagem “mão na massa”, quatro banheiros acessíveis (dois masculinos e dois femininos), além de sinal de internet com e sem fio em toda sua extensão.

O acervo bibliográfico do Sistema de Bibliotecas da UFMS é composto por livros, CDs e DVDs, periódicos, mapas, teses e dissertações, folhetos, **e-books** adquiridos via licença perpétua e **e-books** de licença temporária do Portal Minha Biblioteca. É destinado à comunidade acadêmica para consulta e empréstimo domiciliar, visando dar suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na UFMS. A comunidade externa acessa livremente o acervo apenas por meio da consulta local. O crescimento do acervo é verificado pela quantidade total de exemplares apresentados em relatório emitido pelo **Pergamum** ao final de cada ano.

### 13. PLANO DE INCORPORAÇÃO DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

O Curso de Licenciatura em Ciências Interdisciplinar ofertado no âmbito do PRIL/AGEAD tem como um dos eixos integradores o uso pedagógico de tecnologias digitais nos processos de ensinar e aprender e também na gestão da oferta do curso.

Os professores vinculados ao Curso receberão formações periódicas para alinhamento de estratégias didáticas e tecnológicas para a execução dos objetivos de aprendizagem em cada componente curricular.

Os professores também serão estimulados a utilizarem metodologias de aprendizagem ativa para o desenvolvimento da autonomia, da criatividade e da colaboração entre os estudantes.

O uso do AVA UFMS será obrigatório em todas as disciplinas, para gestão da aprendizagem dos estudantes, organização de materiais didáticos, realização e entrega de atividades acadêmicas e para interação, colaboração e





trocas de experiências entre os estudantes.

Os professores também terão acesso uma central de apoio dos cursos do PRIL/AGEAD, onde encontrarão de forma sistematizada todas as orientações sobre as ofertas, sobre o desenvolvimento do trabalho pedagógico e sobre a gestão do curso.

Da mesma forma, os estudantes terão acesso a um ambiente de integração, onde serão centralizadas todas as informações sobre o curso, sobre os professores, calendário de aulas, materiais instrucionais de apoio e acesso rápido aos ambientes virtuais das disciplinas de cada semestre do curso. Nesse ambiente de integração, também estarão os professores, a equipe multidisciplinar e a coordenação do curso. Será um espaço virtual de gestão, comunicação, colaboração e inovação no âmbito da gestão dos cursos.

A AGEAD, periodicamente, promove formações e disponibiliza materiais didáticos e instrucionais **online** para a capacitação dos docentes, servidores técnicos-administrativos e estudantes, no uso das tecnologias digitais, para o uso do AVA UFMS e outras ferramentas.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem da UFMS também possibilita ao professor o desenvolvimento de uma diversidade de práticas pedagógicas e **feedbacks** personalizados a cada estudante, considerando o perfil, o ritmo e as especificidades de cada estudante, permitindo o aprendizado e o acompanhamento mais personalizado e contextualizado.

No que diz respeito ao uso das mídias sociais, a publicação de notícias, eventos, divulgação científica e avisos é feita principalmente a partir dos conteúdos publicados no portal da universidade ([www.ufms.br](http://www.ufms.br)). A AGECOM é a unidade responsável pela criação e publicação de conteúdos desenvolvidos exclusivamente para as redes sociais (**Twitter, Instagram, Facebook, TikTok, Spotify**, etc.), com conteúdos interativos e adequados ao público-alvo que acessa as redes da UFMS.

Assim, as tecnologias digitais adotadas no processo de ensino e aprendizagem do curso permitem a execução do Projeto Pedagógico do Curso, garantem a acessibilidade digital e comunicacional, promovem a interatividade entre docentes, estudantes e demais profissionais que atuam na execução dos cursos, assegurando o acesso a materiais e recursos didáticos a qualquer hora e lugar e possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seus usos.

#### 14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso de Licenciatura em Ciências Interdisciplinar se apresenta de modo inovador na compreensão do processo de ensino e aprendizagem, demonstrando os conteúdos de ciências naturais integrados ao cotidiano do estudante de forma interdisciplinar e transversal. Desta forma se propõe através do uso de metodologias ativas e de tecnologias, a autonomia do estudante diante das propostas pedagógicas apresentadas pelos docentes, desenvolvendo e aplicando as especificidades do processo científico, articulando os saberes das diferentes áreas de conhecimento. E ainda, visa a formação de professores habilitados para a docência no ensino fundamental; e em constante atualização para as mudanças das gerações e suas necessidades: estima-se contribuir no desenvolvimento de indivíduos para que sejam capazes de lidar com situações problemas, desenvolvimento de projetos de forma criativa, colaborativa e, se posicionando com pensamento crítico, consolidado na ciência e responsável com a sociedade contemporânea.

Cabe ainda mencionar que, ao elaborar o presente documento, tentou-se respeitar a legislação vigente, para garantir que as diretrizes do Curso estejam condizentes às exigências do Ministério da Educação. Inclui-se também, no texto, a avaliação institucional, em que se prevê que as ações dos professores, técnicos administrativos, coordenador(a) de curso e inclusive, da direção, serão avaliadas semestralmente, tanto pelo corpo docente quanto discente, no intuito de que se tenha um retorno e possam ser corrigidas as falhas apontadas.





Finalmente, como é comum a todo projeto, este também é flexível e deverá passar por constantes avaliações, a fim de que seja aprimorado e sejam incorporados os avanços necessários para ampliar as condições de formação do licenciado em ciências interdisciplinar. Ressalta-se, portanto, que este Projeto Pedagógico não é um documento definitivo, ao contrário, tem um caráter dinâmico, possibilitando mudanças que estejam sempre de acordo com as normatizações, tematizações e concretizações e, obviamente, que respeitem os interesses e necessidades do Curso, da realidade regional e local.

## 15. REFERÊNCIAS

- BRAGA, Ana Maria; GENRO, Maria Elly; LEITE, Denise. Universidade futurante: inovação entre as certezas do passado e incertezas do futuro. In: LEITE, Denise; MORÓSINI, Marília. (Org.). Universidade futurante: produção do ensino e inovação. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 2010.
- BRASIL. Edital nº 35, de 21 de junho de 2021. Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 jun. 2021.
- BRASIL. Lei nº 14.180, de 1 de julho de 2021. Institui a Política de Inovação Educação Conectada. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 02 jul. 2021.
- BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 dez. 2019.
- CANÁRIO, Rui. A escola tem futuro? Das promessas às incertezas. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- CANÁRIO, Rui. A inovação como processo permanente. Revista da Educação, Lisboa, n. 2, 1987.
- FULLAN, Michael. Change forces: probing the depths of educational reform. Londres: The Falmer Press, 1993.
- GATTI, Bernardete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de. Professores do Brasil: novos cenários de formação. Brasília: UNESCO, 2019.
- GOUVEIA, Fernanda. Da didática à matética: o papel do professor como mediador qualificado. GOUVEIA, Fernanda; PEREIRA, Gorete. (Org.). Didática e matética. Funchal: CIE-UMa - Centro de Investigação em Educação, 2016.
- HARGREAVES, Andy; FINK, Dean. Estrategias de cambio y mejora en educación caracterizadas por su relevancia, difusión y continuidad en el tiempo. Revista de Educación, n. 339, 2006.
- IMBERNÓN, Francisco. Formação permanente do professorado: novas tendências. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2009.
- KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e tempo docente. Campinas, SP: Papyrus, 2013.
- MANCEBO, Denise. Trabalho docente e tecnologias: controle e mercadorização do





conhecimento. In: GARCIA, Dirce M. F.; CECÍLIO, Sálua. Formação e profissão docente em tempos digitais. Campinas, SP: Alínea, 2009.

- MARCELO, Carlos. Las tecnologías para la innovación y la práctica docente. Revista Brasileira de Educação, v. 18, n. 52, jan./mar. 2013.

- MARTÍN-BARBERO, JESÚS. Nuevos regímenes de visualidad y des-centramientos educativos. Revista de Educación, Espanha, n. 338, set./dez., 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3bUflsb>. Acesso em: 15 maio. 2021.

- O'REILLY, Maria Cristina Ravelani de Barros. Formação de professores – tecnologia educacional. In: PARENTE, Cláudia da Mota Darós; VALLE, Luiza Elena L. Ribeiro do; MATTOS, Maria José Viana Marinho de. (Org.). A formação de professores e seus desafios frente às mudanças sociais, políticas e tecnológicas. Porto Alegre: Penso, 2015.

- PISCHETOLA, Magda. Inclusão digital e educação: a nova cultura da sala de aula. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes/PUC-Rio, 2016.

- RIEDNER, Daiani Damm Tonetto Riedner. Práticas pedagógicas e tecnologias digitais no ensino superior: formação inicial de professores e inovação na UFMS. Rio de Janeiro, 2018. 181p. Tese de Doutorado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

- RIEDNER, Daiani Damm Tonetto; PISCHETOLA, Magda. A inovação das práticas pedagógicas com uso de tecnologias digitais no ensino superior: um estudo no âmbito da formação inicial de professores. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, SP, v. 23, n. 1, p. 64–81, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8655732>. Acesso em: 4 mar. 2021.

## 16. ANEXOS

## 17. APÊNDICES

